



Daniela Dias de Souza

O conflito verde: um estudo sobre a resistência camponesa no seringal Itatinga (Manoel Urbano – Acre) frente à execução do programa de compensação de emissão de carbono –
Projeto Purus de Conservação

São Paulo

2020

Daniela Dias de Souza

O conflito verde: um estudo sobre a resistência camponesa no seringal Itatinga (Manoel Urbano – Acre) frente à execução do programa de compensação de emissão de carbono –
Projeto Purus de Conservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração

“Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde”.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

Co-orientador: Prof. Dr. José Alves.

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Souza, Daniela Dias de.

S729 O conflito verde: um estudo sobre a resistência camponesa no
seringal Itatinga (Manoel Urbano–Acre) frente à execução do
programa de compensação de emissão de carbono – Projeto Purus de
Conservação / Daniela Dias de Souza. – São Paulo, 2020.
108 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
Co-orientador: Prof. Dr. José Alves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL),
São Paulo, 2020.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Reforma
agrária – Acre. 4. Posse da terra – Acre. 5. Mercado de emissão de
carbono. I. Título.

CDD 301.35098111

Daniela Dias de Souza

O conflito verde: um estudo sobre a resistência camponesa no seringal Itatinga (Manoel Urbano – Acre) frente à execução do programa de compensação de emissão de carbono –
Projeto Purus de Conservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração

“Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde”.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

Co-orientador: Prof. Dr. José Alves.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Carlos Alberto Feliciano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Dr. Guilherme Perpetua Marini (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Dra. Ana Terra Reis (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 02 de Março de 2020.

À todos que resistem.

PÁTRIA LIVRE, VENCEREMOS!

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Apesar de em muitos momentos a realização da pesquisa ser um tanto quanto solitária, existem auxílios muito particulares de pessoas extremamente necessárias em minha vida que me guiaram a não desistir e a chegar até aqui.

Primeiramente, meus pais, João Carlos e Mari, que me deram todo suporte que necessitei durante esse período e em tantos outros, sempre respeitando meu tempo de trabalho e pesquisa, além de criarem todas as condições materiais e financeiras para que essa pesquisa fosse desenvolvida. Que todos os dias me ensinam valores, amores e que são as duas pessoas mais incríveis que eu tenho a sorte de ter.

Ao meu orientador, Carlos Alberto Feliciano, por todo carinho, sensibilidade, paciência, confiança e ensinamentos. Sem seu apoio, realmente não sei se teria chegado até o fim com este trabalho. Ao meu Co-Orientador, José Alves, que segue me dando suporte. Além de todos os grandes professores que estiveram comigo na graduação, Maria de Jesus e Karina.

Às minhas amigas de longa data que me acompanharam, tanto na graduação quanto no mestrado, Tainá e Thais, que nunca deixaram a tensão ou ansiedade me corroer e ensinam todos os dias o valor de grandes e duradouras amizades para o processo de desenvolvimento humano.

À minha eterna família da Turma Daniel Viglietti e Aquatune que, mesmo com a distância, torceram por mim, seguraram minha mão e me fizeram rir durante toda essa jornada. Sou eternamente grata à cada um pelo amor que construímos juntos.

Às minhas meninas que são música, arte, política e resistência feminista popular.

Márcia, Júlia e Melanie, que de mim, só conseguiram coletivizar risos, projetos e sonhos. Toda minha gratidão à todas as inspiradoras mulheres da turma.

Todos os professores do programa TerritoriAL pelo esforço e resistência em manter um programa tão necessário dentro da academia. Escola Nacional Florestan Fernandes por ter sido um espaço de formação e transformação humana durante os períodos de aula e vivência.

Todos meus companheiros do campo popular, em especial aos que conheci na ENFF, que em mim plantaram arte, poesia, literatura e revolução, com muitas risadas fáceis, Manoela, Aline, Rafael, Davi, Stephanie, Levi, Lucas, Sabrina, Priscila, Richard, Nadson, Cássio, Berta, Angel (Papito), Eliane, Luana e tantos outros, que eu também os tenha inundado de sentimentos bons.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural. Pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

RESUMO

O caráter destrutivo do capital resultou movimentações para a intensificação do debate ambiental na agenda internacional. Posteriormente a concretização de políticas, teoricamente, voltadas para conservação da natureza, guiadas pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, criou as condições necessárias para manutenção do modo de produção hegemônico, partindo da harmonia entre crescimento econômico e conservação ambiental. No Acre, é a partir de 1999 que concretiza-se o desenvolvimento sustentável enquanto elemento político principal de gestão governamental da Frente Popular. Entre os vários projetos apoiados pelo Governo na época, estava a implementação de Programas de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação (REDD), baseado na venda de carbono para países centrais como meio de garantir o processo de acumulação e expansão do modelo e legitimação da Economia Verde. No Seringal Itatinga, em Manoel Urbano, passa a ser território de implementação dessas políticas, oficialmente, no ano de 2010, com o Projeto Purus de Conservação de Florestas Tropicais. Todavia, os relatos de membros da comunidade afirmam que distante do que inicialmente se propõe, prioriza-se os interesses dos grandes financiadores e latifundiários envolvidos no projeto, formando um cenário de violações territoriais, humanas e simbólicas ao impor um modelo de uso da terra que não condiz com o conhecimento tradicional e histórico da comunidade. Portanto, reproduz um modelo de desenvolvimento que utiliza de um discurso sustentável enquanto estratégia para controlar as formas de reprodução no território e dominação dos trabalhadores que necessitam se organizar diante das novas ameaças aos seus territórios em nome da intensificação da mercantilização da natureza, enquanto elemento de expansão do capitalismo e pilar da fratura metabólica entre homem e natureza por meio da política de compensação sem resultados concretos e ainda questionáveis, mas subsidiado por intensos investimentos e apoio de atores internacionais e locais. Logo, essa pesquisa tem como objetivo apresentar a forma com que o processo de implementação do Projeto Purus impôs a comunidade do Seringal Itatinga a tentativa sistemática de desarticulação da organização territorial dos sujeitos diante das violências impostas pelos agentes fiscalizadores do projeto e do Estado como nova ferramenta de manutenção da estrutura desigual do capitalismo e da manutenção do controle de terras por parte de figuras da elite agrária local.

Palavras-chave: Território. Mercantilização. Natureza.

ABSTRACT

The destructive nature of capital resulted in moves to intensify the environmental debate on the international agenda. Subsequently, the realization of policies, theoretically, aimed at nature conservation, guided by the concept of sustainable development, created the necessary condition for maintaining the hegemonic production mode, starting from the harmony between economic growth and environmental conservation. In Acre, it is from 1999 the sustainable development takes shape as the main political element of government management of the Popular Front. Among the various projects supported by the government at the time, was the implementation of Programs to Reduce Emissions from Deforestation and Degradation (REDD), based on the sale of carbon to central countries as a means of guaranteeing the process of accumulation and expansion of the model and legitimization of the Green Economy. At Seringal Itatinga, in Manoel Urbano, it officially becomes the territory for the implementation of these policies in 2010, with the Purus Tropical Forest Conservation Project. However, the reports of community members state that far from what was initially proposed, the interests of the large financiers and landowners involved in the project are prioritized, forming a scenario of territorial, human and symbolic violations by imposing a land use model that it does not match the traditional and historical knowledge of the community. Therefore, it reproduces a development model that uses a sustainable discourse as a strategy to control the forms of reproduction in the territory and the domination of workers who need to organize in the face of new threats to their territories in the name of intensifying the commodification of nature as an element of expansion of capitalism and pillar of the metabolic fracture between man and nature through the policy of compensation without concrete and yet questionable results, but subsidized by intense investments and support from international and local actors. Therefore, this research aims to present the way in which the implementation process of the Purus Project imposed on the community of the Seringal Itatinga the systematic attempt to dismantle the territorial organization of the subjects in the face of the violence imposed by the project's inspection agents and the State as a new tool for maintaining the unequal structure of capitalism and maintaining land control by figures of the local agrarian elite.

Keywords: Territory. Commodification. Nature.

RESUMEN

La naturaleza destructiva del capital resultó en movimientos para intensificar el debate ambiental en la agenda internacional. Posteriormente, la realización de políticas, teóricamente, orientadas a la conservación de la naturaleza, guiadas por el concepto de Desarrollo Sostenible, creó las condiciones necesarias para mantener el modo de producción hegemónico, a partir de la armonía entre el crecimiento económico y la conservación del medio ambiente. En Acre, es a partir de 1999 que el desarrollo sostenible toma forma como el principal elemento político de la gestión gubernamental del Frente Popular. Entre los diversos proyectos apoyados por el Gobierno en ese momento, se encontraba la implementación de Programas para Reducir las Emisiones de la Deforestación y Degradación (REDD), basados en la venta de carbono a los países centrales como un medio para garantizar el proceso de acumulación y expansión del modelo y legitimación de la economía verde. En Seringal Itatinga, en Manoel Urbano, se convirtió oficialmente en el territorio para la implementación de estas políticas en 2010, con el Proyecto de Conservación del Bosque Tropical Purus. Sin embargo, los informes de los miembros de la comunidad indican que, lejos de lo que se propuso inicialmente, se priorizan los intereses de los grandes financistas y terratenientes involucrados en el proyecto, formando un escenario de violaciones territoriales, humanas y simbólicas al imponer un modelo de uso de la tierra que no coincide con el conocimiento tradicional e histórico de la comunidad. Por lo tanto, reproduce un modelo de desarrollo que utiliza un discurso sostenible como estrategia para controlar las formas de reproducción en el territorio y la dominación de los trabajadores que necesitan organizarse ante las nuevas amenazas a sus territorios en nombre de la intensificación de la mercantilización de la naturaleza, como un elemento de expansión del capitalismo y pilar de la fractura metabólica entre el hombre y la naturaleza a través de la política de compensación sin resultados concretos pero cuestionables, pero subsidiada por intensas inversiones y el apoyo de actores internacionales y locales. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo presentar la forma en que el proceso de implementación del Proyecto Purus impuso a la comunidad de Seringal Itatinga el intento sistemático de dismantelar la organización territorial de los sujetos ante la violencia impuesta por los agentes de inspección del proyecto y el Estado como un nuevo herramienta para mantener la estructura desigual del capitalismo y mantener el control de la tierra por figuras de la élite agraria local.

Palabras Clave: Territorio. Commodificación. La naturaleza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal “O Acre” – 21 de Outubro de 1972.....	66
Figura 2 – Rota de Ocupação do Acre.....	68
Figura 3 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – Anos 1980.....	77
Figura 4 – Chico Mendes, então presidente do STR, visita comunidades.....	77
Figura 5 – Declaração sob direito a terra.....	87
Figura 6 – Moradores do Seringal Itatinga e Representação do STR de Manoel Urbano formalizam denúncia contra o Projeto Purus.....	92
Figura 7 – Reunião na Sede do STR – Manoel Urbano com a presença da CPT-AC, Moradores do Seringal Itatinga e professores apoiadores.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados dos conflitos pela terra no Estado do Acre (1985 a 2017).....	78
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Projeto Purus.....	80
Mapa 2 – Localização do Projeto Purus.....	81
Mapa 3 – Localização da Bacia do Rio Purus.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de bovinos no Acre entre os anos de 1975 até 1995.....	72
----------	---	----

—

Tabela 2	Instituições principais envolvidas no Projeto Purus.....	82
----------	--	----

—

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CCBA	Climate, Community and Biodiversity Alliance
CPTEC	Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos
CCBS	Clima, Comunidade e Biodiversidade Padrão
CPI	Comissão Parlamentar de Inquerito
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CMMAD	Comissão para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Meio Ambiente
DEM	Democratas
ISA Carbono	Incentivos aos Serviços Ambientais de Carbono
IUCN	União Internacional de Conservação da Natureza
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMC	Instituto de Mudança Climática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
MFS	Manejo Florestal Sustentável
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachussetes
M&R	Moura e Rosa Empreendimentos Imobiliários LTDA
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PGC	Projeto Grande Carajás

PCN	Projeto Calha Norte
PIN	Programa de Integração Nacional
PRODES	Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PVAAF	Programa de Valorização do Ativo Ambiental
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SISA	Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
WWF	World Wide Fund for Nature
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A ALIENAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA.....	21
2.1	A transformação do trabalho em desconstrução do trabalhador.....	24
2.2	Crise estrutural do capital e a organização de um modelo de reestruturação.....	30
3	O PROGRAMA DE (IN)SUSTENTABILIDADE DO ACRE: A TERRITORILIZAÇÃO DE UM NOVO CONFLITO TERRITORIAL....	36
3.1	O suporte do Estado e a implantação da Economia verde: A territorialização das políticas de compensação de carbono.....	37
4	A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA AGENDA INTERNACIONAL: A CONCRETIZAÇÃO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	47
4.1	O relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum”, o conceito de desenvolvimento sustentável e a falsa sensação de conservação dos bens naturais.....	48
4.2	Uma subordinação histórica e sistemática: a exploração dos territórios da América Latina e a consolidação do controle capitalista na Amazônia.....	52
4.3	Amazônia como garantia de pagamento da dívida dos países sul-americanos.....	59

5	O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA DOS POVOS DO ACRE PELO DIREITO A TERRA FRENTE A EXPANSÃO DA DINÂMICA CAPITALISTA.....	64
5.1	A construção de um território à serviço dos interesses do capital: a violação histórica territorial e a construção da resistência.....	67
6	O PROJETO PURUS E A COMUNIDADE SERINGAL ITATINGA: UMA LUTA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO.....	80
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXO - RESUMO DO DOCUMENTO DO PROJETO PURUS.....	107

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo ocorre apartir de um contínuo e incansável processo de exploração e expopriação dos povos tradicionais que sustentam sua luta e resistência histórica para manutenção de sua cultura de relação com a natureza. Em seu processo de reestruturação produtiva, países considerados de Terceiro Mundo e historicamente territorialmente configurados a partir dos processos de colonização para enriquecimento dos países centrais do capital, impõe um modelo de sustentabilidade criado pelo mercado.

No Acre, cenário de um histórico conflito no processo de luta pela terra e soberania territorial dos povos da floresta, após a eleição da Frente Popular, as ações para implementação do modelo de desenvolvimento no Acre torna-se um elemento fundamental para propaganda internacional do Governo da Floresta como inserção do Acre na economia do mercado de carbono, pelo modelo de REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

O Projeto Purus entra, teoricamente, em 2010 enquanto um dos modelos de preservação das florestas tropicais, garantindo a melhoria de vida dos trabalhadores do campo e garantido a harmonia entre crescimento econômico e preservação da natureza. No entanto, no território para implementação do modelo, iniciou-se um processo de violação territorial da comunidade seringueira que historicamente formou-se na região, o Seringal Itatinga.

Nesse sentido, a comunidade passou a ser exposta a regras impostas pelos gestores do projeto, figuras que fazem parte do cenário agrário da região, recriando o cenário de sustentação da concentração de terra no Acre, agora com o aparato da Economia Verde. As alterações impostas na dinâmica territorial da comunidade Itatinga, atingiu a soberania a soberania da comunidade em nome da intensificação da natureza enquanto estratégia de acumulação.

O modelo de sustentabilidade que baseia a implementação do Projeto Purus de compensação de carbono, impôs para os trabalhadores a quebra de sua histórica relação metabólica com a natureza, ou seja, a quebra da vivência do território a partir de necessidades para subexistência e não para demandas de mercado que estruturam o sistema do capital e o processo de violação dos direitos territoriais dos povos do campo.

Diante desse cenário, estabelecemos como objetivo compreender o processo de violação do território das comunidades no Seringal Itatinga diante do avanço da nova dinâmica de mercantilização da natureza por meio da difusão da política da Economia Verde enquanto solução para o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação da natureza e de que forma essa política de sustentabilidade não condiz com a realidade histórica de vivência e construção do território, mas sim enquanto uma nova ferramenta do mercado internacional e governo local para maximizar o processo de acumulação e violação dos direitos de populações tradicionais, que seguem mantendo em seu modo de vida relações de caráter não-capitalistas.

Além disso, buscamos demonstrar as diversas formas de violações ao qual a comunidade do Seringal Itatinga foi exposta durante todo o processo de efetivação do Projeto e quais foram os reflexos deste dentro dos sujeitos da comunidade para o processo de resistência em nome da garantia de sua soberania territorial diante das intimidações vividas na região.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, com objetivo de compreensão da realidade investigada o método de trabalho qualitativo, baseado em pesquisa em fontes bibliográficas, secundárias e pesquisa de campo para entrevistas com referências da comunidade Itatinga e seus parceiros, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manoel Urbano e a Comissão Pastoral da Terra.

A estruturação do trabalho organiza-se tendo em primeiro momento com um resumo teórico referente ao processo de alienação do homem à natureza pelo processo de dominação do capital nas relações sociais em seu processo de expansão e seu processo de alienação do trabalho, bem como o caráter incontrolável do capital de sustentar suas próprias crises, estas que também são base para sua estruturação.

Posteriormente, demonstramos como que diante da tentativa de reestruturação do capital a política de sustentabilidade entra na agenda internacional e como o Acre torna-se um Estado modelo de implementação do modelo de sustentabilidade enquanto realização futura de capital por meio da inserção no mercado de baixo carbono.

Seguindo, trazemos uma discussão referente ao processo de exploração dos territórios da Amazônia e toda América Latina enquanto fundamentais para o processo de manutenção do caráter colonial de exploração da terra por meio do controle do capital. Bem como, esse controle se materializa historicamente no território do Acre em todo seu desenvolvimento

histórico diante dos conflitos dos anos de 1970 e 1980 e a consolidação da resistência dos seringueiros pela direito a soberania territorial.

Por fim, por meio das entrevistas realizadas com representantes da comunidade, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão Pastoral da Terra, demonstramos os atores do conflitos que se desenvolveu no território entre Seringal Itatinga e os representantes do Projeto Purus, que por meio de diversas formas de intimidação, impulsionaram dentro da comunidade uma dinâmica de resistência por parte dos trabalhadores até então desconhecida, devido ao disfarce do projeto sustentado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, este cheio de contradições e enfraquecimentos institucionais.

Apesar do Projeto Purus, ocupar além do território do Seringal Itatinga, o território da comunidade Porto Central, para fins metodológicos, o Seringal Itatinga foi escolhido devido ao diálogo já estabelecido com a CPT-ACRE e pela própria articulação entre comunidade com o STR.

Uma vez estabelecido a problematização da pesquisa, como caminho metodológico, para compreender como se estrutura o novo modelo de conflito na região veio da , a organização baseada pela pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a organização do diálogo entre a bibliografia e os fatos apresentados durante as entrevistas de campo, realizadas em fevereiro de 2019 no município de Manoel Urbano com sujeitos ativos no processo de denúncia ao projeto.

O histórico da CPT com a comunidade, bem como os estudos locais referente a crítica de um modelo que geriu o Estado desde o início dos anos 2000, foram fatores fundamentais para o auxílio da construção de uma visão para demonstração do controle social que é imposto desde o processo da falácia da sustentabilidade no Acre.

2 ALIENAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA

Na crise capitalista que, marca o fim do século XX e início do século XXI, a relação homem-sociedade, mediada pelo trabalho, sofre uma intensificação da quebra de sua relação metabólica intensificando a alienação em relação ao trabalho como meio de desenvolvimento humano.

A interação do homem com a natureza experimenta efeitos que ainda não estavam ao alcance da humanidade, e a quebra do metabolismo homem-natureza, em nome do processo necessário de expansão e reprodução do capital, coloca em cheque uma série de efeitos no campo do trabalho devido ao caráter alheio do modo de produção aos ritmos de reprodução do meio. No que tange o intercâmbio técnico entre homem e natureza, para sua manipulação por meio de instrumentos, afirma-se

Eis, portanto, o traço distintivo da prática instrumental do homem: ela é incisivamente *técnica* e mais tarde, *científico-tecnológica*, pois o *homo sapiens*, como animal-que-conhece, irá desenvolver sua ciência da Natureza para lidar e intervir melhor sobre o mundo natural, buscando não apenas uma melhor adaptação a ele, mas criando seu próprio mundo social e cultural à sua imagem e semelhança. Com as sociedades de classe, ao desenvolver a técnica-como-tecnologia, o *homo sapiens* imprimiu uma marca social sobre a técnica, instrumentalizando-a segundo interesses de classe. Deste modo, a tecnologia aparece para servir à dominação da Natureza pelo capital, posto historicamente como modo de controle estranhando do metabolismo social. (ALVES, 2014, p. 12, grifo do autor).

O processo de circulação de capital, moldador para o processo de acumulação no início do século XX, ao atingir seu ponto máximo de concentração intensifica sua expansão necessária para a própria manutenção do modelo de produção, acarretando à um processo que levou ao que conhecemos historicamente como as conquistas dos novos mercados, especialmente nos territórios fonte de matéria-prima, pelos países europeus. Para Lênin (2008), todo o processo significou, diante das ações de grandes indústrias em políticas coloniais, um processo de divisão dos territórios sob dominação em associações capitalistas que até hoje mantém o caráter de exploração regional de países que possuem seus bens naturais explorados pelos países centrais do sistema capitalista.

Neste sentido, pretende-se trazer uma revisão referente a reflexão no que diz respeito a forma com que o processo de territorialização do capital dentro de territórios bases para reprodução de povos de caráter não-capitalistas produz um processo de alienação do trabalho

na relação deste como meio de emancipação e construção social humanizada.

Em seu estudo para compreender o processo de expansão do capitalismo, Rosa Luxemburgo demonstra a forma com que o capital necessita conhecer e conviver com diferentes modos de produção para sua manutenção. Afirma que ao mesmo tempo que desvaloriza as atividades de produção camponesa e artesanal, o capital consegue fazer com que todos os países menos desenvolvidos consigam se integrar por meio de duas maneiras.

Tal integração ocorre de duas maneiras: pelo comércio mundial e pelas conquistas coloniais. Ambos começaram juntos, desde a descoberta da América, no final do século XV, e se expandiram ao longo dos séculos posteriores. O apogeu desses processos ocorre, sobretudo, no século XIX e continua a se desenvolver. Comércio mundial e conquistas coloniais agem conjuntamente e colocam os países capitalistas industriais da Europa em contato com toda a sorte de formas de sociedade de outras partes do mundo, com uma economia e de civilização mais antigas, economias escravagistas rurais, economias feudais e principalmente economias comunistas primitivas. (LUXEMBURGO, 2009, p. 394).

O processo de busca do capitalismo diante das conquistas coloniais e, mais adiante imperialista, pela extensão territorial, contou com a base fundamental da violência do Estado em destruir relações de produção de caráter comunista primitivo, tratado por Rosa Luxemburgo, onde o processo de expansão do capitalismo demonstra o perfil de barbárie diante do modo de produção e de reprodução de populações baseadas por dinâmicas dentro do caráter comunal, como o indígenas e camponeses, ao mesmo tempo ao qual conseguiu, ao longo de seu desenvolvimento histórico, inserir de forma dialética tais relações sociais não capitalistas como necessárias para a constituição da reprodução do capital.

Analisando na perspectiva de Rosa Luxemburgo, partindo da discussão para o uso dos territórios não capitalistas por parte do capital, Robira (2005) considera que o capital possui uma necessidade contínua de expansão e que só é possível de ser efetivada pela utilização dos “territórios reserva” que contam com relações não-capitalistas em seu interior, como uma forma de resolver as crises de expansão e acumulação do capital dentro dos territórios metropolitanos.

Para o sistema capitalista, a resistir à dinâmica comercial de economias naturais, em sua essência de formação social, ainda é uma das grandes dificuldades que o sistema necessita enfrentar. É nesse sentido que o modelo capitalista renova as formas de política colonial como forma de controlar os meios de produção e força de trabalho de forma a garantir estes como força e garantia de domínio.

Como forma de enfrentar a resistência dessas dinâmicas, o capital incorpora, mais do que nunca, “seu método de destruição e aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida” (LUXEMBURGO, 1984, p. 32).

Ao mesmo tempo, onde se encontra um processo histórico de violência pelo desenvolvimento do capitalismo a partir da transformação das relações sociais, políticas e territoriais pelo processo de expansão, Rosa Luxemburgo argumenta que apesar da destruição desse tipo de organização ser um processo característico do movimento do capital, a luta pela sobrevivência afirma-se com uma resistência na luta pela vida no território que, dessa forma, de acordo com Oliveira (2002, p.74) “é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...) logo território não é um *prius* ou um *a priori*, mas uma contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza”.

O processo de consolidação de um território possui entre um de seus principais elementos na construção, o trabalho. Este dentro de uma perspectiva histórica-ontológica de formação do homem que deixa de ser apenas um produtor de instrumentos por meio do intercâmbio com a natureza, mas que consegue desenvolver símbolos culturais e linguísticos a partir do trabalho (ALVES, 2014).

Uma vez que, as condições de existência por parte de um trabalho estranho é exposto ao homem, conseqüentemente, é afetada sua relação orgânica entre homem e natureza, e a relação do trabalho, enquanto categoria formadora social, é colocado em ameaça passando a ser controlado pelas ordens científicas de dominação da natureza. A violação de territórios organizada pelos planos de dominação do sistema capitalista, atingem todas essas esferas, criando um processo de alienação entre homem-trabalho-natureza.

Nesse sentido, o trabalho deixa de ser um processo de humanizador do homem enquanto elemento criador de relações objetivas e subjetivas, e passa a ser reduzido a uma relação automatizada com objetivos estabelecidos pela demanda do sistema capitalista de acordo com sua demanda e objetivo em determinado período histórico de seu processo de expansão.

2.1 A transformação do trabalho em desconstrução do trabalhador

No processo de construção da condição de exploração do trabalhador da terra que, passa de uma produção por meio do trabalho enquanto ser coletivo e passa a produzir além do necessário para sua subsistência, “a partir deste momento, a totalidade do trabalho de uma coletividade não está destinada exclusivamente a manutenção dos produtores. Com uma parte desse trabalho é possível liberar um setor da sociedade da necessidade de trabalhar” (MANDEL, 1973, p. 19, tradução nossa)¹.

A construção da mais-valia por meio do produto social excedente apropriado por uma classe dominante em forma de dinheiro² via venda e transformação em mercadoria, transforma não somente ao produto, mas também a relação do trabalho, não por quê o trabalho excedente é explorado e não remunerado, mas devido ao estranhamento que é criado entre o trabalhador e a produção da mercadoria.

Nesse sentido, o valor de uso do produto do trabalho necessário passa à agregar um valor de troca para o processo de acumulação do capital, levando a uma quebra direta da relação metabólica de transformação da natureza e do homem em si por meio do trabalho em nome de suprir a necessidade da classe dominante e o transforma em dinheiro.

A partir do trabalho considerado enquanto supressor de necessidades da classe dominante, independente da relação estabelecida entre homem e natureza pela mediação do trabalho, este enquanto categoria histórico-ontológica, do desenvolver do ser a partir da relação orgânica com a natureza, é esquecida.

Na perspectiva da relação do trabalho para antes do sistema capitalista como categoria sócio-histórica, Alves (2014, p. 15) afirma que “o processo de trabalho pré-capitalista constituía uma dimensão de autonomia dos homens livres e dos artesãos pré-capitalistas”. Falamos portanto de um trabalho que, seu desenvolvimento, tinha como base o conhecimento de todo processo de transformação da natureza, logo, o “domínio de seu ofício”

Ponte (2014, p. 183) explica que em todo desenvolver da história, o que se definia por

¹ A partir de este momento, la totalidad del trabajo de una colectividad no está destinada exclusivamente a la manutención de los productores. Con una parte de ese trabajo es posible liberar a un sector de la sociedad de la necesidad de trabajar para subsistir.

² La plusvalía no es otra cosa que la forma monetaria del producto social excedente. Cuando la clase dominante se apropria de la parte de la producción social que hemos denominado ‘producto excedente’ exclusivamente en forma de dinero, no se habla ya de ‘producto excedente’, si no de ‘plusvalía’ (MANDEL, 1973, p. 13)

homem e natureza foram “edificados sobre uma estrutura fragmentária e dicotômica [...] Tal vinculação à esfera mensurável da natureza reforça o princípio de que se torna mais fácil conhecê-la e assim controlá-la”

O capital pôde emergir e triunfar sobre seus antecessores históricos como um sistema de controle sociometabólico pelo abandono de todas as considerações da necessidade humana vinculada às limitações dos *valores de uso* não quantificáveis, sobrepondo-lhes – como pré-requisito absoluto de sua legitimação para se tornarem alvos aceitáveis de produção – os imperativos fetichistas do *valor de troca* quantificável e *sempre expansivo*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 56, grifo do autor)

A mercadoria é “antes de tudo um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 113) e que é independente dos tipos de necessidades que estas estão para suprir. Mandel (1973) afirma que todo produto resultante do trabalho humano deve possuir a satisfação de uma necessidade humana o que denomina-se como valor de uso independente do caráter dessas necessidades e seu uso segue uma linha de acúmulo histórico de cada indivíduo no meio social.

Dentro da teoria de Marx (2013, p. 114) “o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo” por meio da compra da materialização da riqueza, que é a mercadoria e que fornece bases materiais para a constituição do valor de troca que distinguindo-se do valor de uso pela relação com a qualidade, este está ligado diretamente a quantidade. Dessa forma, o trabalho deixa de ser elemento da formação social para emancipação, uma vez que este é incorporado no processo de produção de mercadorias que possuem um objetivo particular controlado pelo capitalista, produzindo um “valor de uso particular, um artigo determinado”. O trabalho segundo Engels (*apud* Antunes, 2004, p. 13) “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” e independente das formas de sociedade e tempo histórico “como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem” (MARX, 2004, p. 64 -65).

Rosa Luxemburgo demonstra uma das características essenciais do campesinato e de sua relação com o trabalho que é a produção direta dos alimentos base para a reprodução da família onde a produção independente do valor de uso e valor de troca que o produto possui. O trabalho, enquanto processo dialético, estabelece um metabolismo de coexistência entre homem e natureza que por meio do objetivo de transformar a natureza para a produção de uma matéria que seja útil para sua existência e sobrevivência, mediado pelo trabalho, este não

transforma somente o meio natural, mas transforma a si mesmo durante todo o processo de modificação da natureza.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem controla o seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

Para a compreensão da dialética na perspectiva do trabalho, para Antunes (2008, p. 69), é importante compreender a diferença feita por Marx ao que se trata de trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto trata da ação útil do trabalho no suprir as necessidades humanas e manutenção da relação metabólica, enquanto o abstrato trata, o trabalho produtivo, sem um fim socialmente útil para o meio de vida, mas voltada diretamente para o processo de valorização do capital.

Se anterior à ascensão do capitalismo o trabalho possuía sua diversificação, enquanto fator de construção societal, partindo das múltiplas atividades desenvolvidas, e guiadas pelo suprir das necessidades específicas para sobrevivência do homem, após o modelo tornar-se elemento direto de controle da organização e reprodução do meio social, o trabalho abstrato ganha seu protagonismo.

Para além da relação externa com a natureza, dentro da ontologia, o trabalho transforma o homem de si para si desenvolvendo potencialidades até então desconhecidas. O controle capitalista sob o trabalho limita a construção do homem enquanto potência viva de desenvolvimento do ser social enquanto elemento formador e transformador do território.

No modelo capitalista de produção, o trabalho não possui objetivo construtivo e humanizador, já que sua consistência está no processo de valorização do capital para o aumento da produção da mais-valia que independe do resultado que, se dá ou não, no processo de permanente formação do ser. Esta passa a ser feita a partir da forma com que o capital encontra um meio de superar a dependência entre produção da mais valia e prolongamento da jornada de trabalho.

O trabalho não mais é um fator fundamental para a formação e construção interna e externa do homem, mas passa a valorizada a partir do seu valor de troca dentro do mercado, alimentando o processo de alienação e externalização do homem e natureza que, tornou-se

intrínseco ao modelo capitalista de produção de valor.

Portanto, a ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, um elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana. Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, se separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos. (ALVES, 2014, p. 98).

Mesmo diante do processo de precarização do trabalho e da apropriação exacerbada dos bens naturais, ao qual o modelo capitalista impôs na política e economia global, o modelo hegemônico vendeu a prática bem sucedida de ascensão do capitalismo ligada diretamente a “melhoria de vida” da população, dando a ideia de um falso bem estar a partir da prática do consumo que sustentou aumento da taxa de lucro.

Esse processo torna-se possível por meio da redução do tempo de trabalho necessário – a parte do tempo que o trabalhador utiliza para si – e aumento do mais trabalho, que corresponde ao tempo de trabalho para o capitalista. Dessa forma, o capital aumenta a força produtiva do trabalho ‘mediante mudanças nos meios de trabalho ou nos métodos de trabalho ou em ambos’[MARX, 1988, p. 238] e o processo de valorização do capital passa a se estabelecer por meio da mais-valia relativa. (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p. 758)

O modelo capitalista alimentou o processo de estranhamento entre produtor e produto fazendo do trabalhador apenas um meio de transformação de matéria prima para mercantilização capitalista, objetivado pela dinâmica de acúmulo e expansão do capitalismo transformando o trabalho em algo alheio a construção da emancipação humana.

Nessa lógica, segundo Alves (2014, p. 97) “o trabalho é separado do homem, incorporado pelo capital, que volta na forma de dominação do próprio homem; trabalho concreto a trabalho abstrato: o produto (mercadoria) tende a dominar o produtor”

[...] Se mantenía esa unidad entre el productor, el producto y su consumo, porque el productor producía en general para abastecerse o para abastecer a sus familiares, de modo que el traallo conservaba un aspecto directamente funcional. La alienación moderna deriva sobre todo de la separación del productor y su producto, que es resultao de la división del trabalho e de la

producción de mercancías, es decir, del trabajo para el mercado, para consumidores desconocidos e no para el consumo del productor. (MANDEL, 1973, p. 22).

Se em tempos remotos ao modelo capitalista o trabalho se constitui como um processo de realização humana, no advento do modo capitalista de produção, este passa a ser um meio de desrealização do ser humano como sujeito social a partir do processo de intensificação da atividade alienada ao qual o trabalhador passa a estar submetido.

Vale ressaltar que este se mantém subalterno à tal modo de exploração porque não possui alternativa direta e, concreta a organização da sociedade capitalista, onde é somente na venda da força de trabalho, que o trabalhador consegue garantir meios para manter a própria sobrevivência, seja o trabalho desumanizante ou não.

O trabalho como meio de construção do sociabilidade humana e base de seu processo de humanização é alienado por meio do assalariamento do trabalho e a força de trabalho se torna uma mercadoria que está a serviço de alcançar diretamente o processo de valorização do capital uma vez que “aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma” (ANTUNES, 2005, p. 69).

A economia (capitalista) mundializada sujeita a humanidade ao jugo de um terrível poder social cego: o capital. O objetivo fundamental de toda forma social de produção: a relação da sociedade com trabalho, a satisfação das necessidades aparece assim completamente invertida, já que a produção para o lucro e não mais para o homem torna-se a lei sobre a toda a terra e o subconsumo, a insegurança permanente do consumo e em determinados momento o não consumo da maioria da humanidade torna-se regra (LUXEMBURGO, 2009, p. 397).

O desenvolvimento do capitalismo no espaço e território efetiva-se a partir da quebra das relações sociais que não possuem seus pressupostos para sua dinâmica de acumulação. A relação metabólica entre homem e natureza, sofre o que Marx (1844), denomina de “fratura metabólica” que, nada mais é, a quebra da relação de construção e transformação humanizadora que a transformação da natureza mediada pelo trabalho pode trazer não somente para natureza, mas para o ser humano.

Como consequência, o estranhamento da relação trabalhador e produto se efetiva a partir do momento em que o trabalhador não produz mais objetos para satisfação de suas necessidades, mas para as necessidades do capital. O produto resultante se torna algo alheio

ao homem, e que ao produzir mais produtos, devido a alienação atividade produtiva, mais pobre o homem se torna, devido a todo processo de exploração da força de trabalho ao qual é submetido dentro do objetivo de acumulação capitalista que o mantém cada vez mais oprimido. tendo que produzir somente o que lhe é necessário para existência e não mais para o desenvolvimento humano, e reconhecimento de sua capacidade.

A opressão da exploração da classe e dos bens naturais bem como a imposição de um controle territorial dentro das novas formas de controle do capital, impõe um meio de vida que é estranho ao camponês e que vai contra a territorialidade historicamente consolidada por estes sujeitos e sua relação com o meio mediado pelo trabalho, acarreta um processo proposital de desestruturação da dinâmica de produção e reprodução no território.

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quando mais refinado seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. (MARX, 1964, p. 161)

Dessa forma, os controladores dos modos de produção no sistema capitalista intensificam o processo de opressão e exploração de uma classe sobre outra e da exploração dos bens naturais. O trabalhador, enquanto submetido ao modo de produção, sofre diretamente com as mudanças ocorridas ao longo do processo histórico de desenvolvimento e consolidação do modo capitalista, especialmente no século XVIII a partir das profundas alterações na relação entre homem e natureza, especialmente nos países do hemisfério sul onde o capital, historicamente, travou uma guerra para inserir a dinâmica mercantil por meio da destruição sistemática das dinâmicas de vida comunitárias de uso da terra, intensificando a destruição e exploração exacerbada dos bens naturais e, atingindo diretamente o meio cultural de vida e vivência com o território.

Nas diferentes formas de recriação do processo de opressão da classe, o Projeto Purus, enquanto projeto intrinsecamente criado a partir do controle do processo de produção hegemônico, por exemplo, ao impor que 100 hectares é o suficiente para o desenvolver de uma vida sustentável. No entanto, o processo de organização histórico do território e das formas de tratar a terra que a comunidade seringueira possui, não condiz com uma nova

realidade é lhes é imposta pelo Projeto Purus.

A lógica da expansão capitalista partindo da reorganização do território a partir de uma divisão internacional do trabalho, com um objetivo direto e comandado historicamente pelas grandes potências internacionais, contando com as facilidades de entrada no território dos países subdesenvolvidos da América Latina, colocaram o território dentro de uma internacionalização que é limitada dentro da dinâmica de privilégios comandada pelos Estados e, com a “globalização, a divisão internacional do trabalho ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constitui um dado da produção na política interna e da política internacional de cada país” (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p. 254-255).

Apesar de sua alta capacidade de expansão e acumulação, o sistema sóciomatabólico do capital, nos mostra Mészáros (2011), é também um sistema destrutivo. No período contemporâneo da economia, com o aumento da concorrência e queda da taxa de lucro, provocou a necessidade de sobreposição de sua incapacidade de autocontrole, a partir da busca pela estabilização de novas bases para o processo de reestruturação.

Diante da necessidade para garantir sua reprodução, a crise do capital bem como seu processo de reestruturação em seu período de crise estrutural, o capital não resolve nenhuma de suas contradições, mas sim firma processos de intensificação de exploração do trabalho e da natureza, isso porque, tais contradições são necessárias para sua própria reprodução.

Dentre os modelos de reestruturação imposta pelo modelo em sua crise estrutural contemporânea, diante de movimentos sociais, a questão ambiental entra como um dos grandes negócios do capital, diante de sua promessa de esverdeamento enquanto meio de esconder seu caráter destrutivo e alimentando a contradição existente entre a sustentação do modelo e preservação da natureza.

2.2 Crise estrutural do capital e a organização de um modelo de reestruturação

A manifestação contemporânea da crise estrutural do capital permite debater um dos pontos fundamentais que são encontrados dentro desse modelo de produção e que é fundamental pra compreensão do seu processo de reestruturação. Tal crise só pode ser, como afirma Carcanholo (2011), “um desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas nesta fase histórica”.

Nesse sentido, as próprias contradições do capitalismo não somente provocam suas crises cíclicas e a atual crise estrutural do processo de acumulação, como também procura encontrar meios de manter seu caráter “expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor, destrutivo na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema do capital torna-se, no limite, incontrolável” (ANTUNES, 2009, p. 11).

Em resposta a crise, Fonte (2014, p. 571) analisa que o capital inicia um processo de reestruturação para garantia de sua dinâmica de reprodução e expansão. Novamente, “o trabalho e a natureza passam a ter relevância significativa para buscar a restauração do processo de acumulação do capital, já que segundo Marx (2010, p. 571), ‘as fontes originais de riqueza [são] a terra e o trabalho’”

O capitalismo contemporâneo teve como sua base histórica de formação o processo de superação da sua crise estrutural dos anos 60/70 resultante da superprodução de capital e da redução da taxa de lucro. Dessa forma, o capital encontrou novas formas de acumulação, especialmente, o capital financeiro, dinheiro gerar dinheiro, sem exploração direta do trabalho onde umas das principais categorias que são efeitos do processo de reestruturação parte do entendimento do capital fictício.

O entendimento da categoria do capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama de autonomização/substantivação das formas do capital. É possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício, no sentido de que a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção e de apropriação do valor se acentua. (MARX, 1988, VOLS. IV E V, SEÇÕES IV E V *apud* CARCANHOLO, 2011, p. 74).

Dentro dessa lógica, o rendimento futuro de qualquer investimento passa a ser remuneração, sendo a propriedade capital materializada em um território ou não. “Assim, um capital (fictício) se constitui (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida” (CARCANHOLO, 2011).

Nas análises de Marx já era debatido a forma com que a continuidade do modo de produção capitalista tendo como base a maximização dos lucros, levaria, conseqüentemente a limitação do uso dos recursos naturais.

A fratura da relação metabólica entre homem e natureza mediado pelo trabalho abordado por Marx foi um dos elementos que foram diretamente atingindo pela ascensão da apropriação da natureza e recursos naturais pelo modelo hegemônico. A dinâmica de

mercantilização dos bens naturais dentro da racionalidade do modelo capitalista atinge diretamente os territórios dos quais possuem a reprodução e produção do seu meio de vida dependente diretamente ligados ao ambiente, como é o caso das famílias afetadas pelo projeto Purus.

Leff (2000) analisa que a relação com meio natural não está restrita somente a relação direta com este, mas também a forma com que a partir deste cria-se condições para desenvolver as práticas culturais que fundamentam as trocas históricas e ecológicas.

O sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. A implantação de modelo tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados, durante uma longa dominação colonial e imperialista, gerou uma irracionalidade produtiva, no sentido de um manejo ecológico e energético ineficiente e dos crescentes custos ambientais na produção de valores de uso e de mercado (LEFF, 2000, p. 26)

As crises cíclicas ao qual o sistema sempre esteve predisposto manteve-se por ser natural a existência e manutenção do capital já que “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender o dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Sachs (1986) abordou a situação ao qual os países industrializados estão presos após anos de exploração dos recursos naturais. Para o autor, estes encontram-se cada vez mais no enfrentamento de problemas que vão além da escassez de recursos, mas sim relacionados aos custos sociais, culturais e ambientais que passam a ser questionadas “tanto quanto a capacidade das políticas e das economias ocidentais para voltarem ao desempenho que tiveram nos anos cinquenta e sessenta”. Diante de uma série de conflitos que passaram a ser cada vez mais expostos entre o modelo destrutivo do capital e seus efeitos no ambiente, a luta dos movimentos de resistência pelos territórios, e os estudos referentes a precarização do trabalho dentro do modelo, concomitante com a crise estrutural de 70, culminou-se a na discussão da necessidade de um desenvolvimento que tivesse como base ideológica a “harmonização” entre crescimento econômico e preservação dos povos e meio ambiente, sem afetar o processo de acumulação de capital via reestruturação produtiva (PONTE, 2014).

No Acre, a atividade extrativista enquanto matriz econômica e fundamental para o processo de formação do território, com o fim do segundo ciclo da borracha, diante das crises pós Segunda Guerra Mundial, a dependência do mercado internacional diante dos processos de desestabilização, tornaram inviável um processo de reestruturação da atividade do

extrativismo enquanto elemento econômico concreto e estável na região.

É no contexto de tentativa de reconstrução do meio de vida na floresta que se forja a autonomia dos seringueiros e a construção de seu processo organizativo para resistência, como veremos adiante.

Posteriormente, ao final dos anos 1990, é nesse âmbito que o Governo do Acre entra com o discurso aprimorado contra as políticas hegemônicas em nome da valorização da identidade acreana e reestabelecimento da relação homem-natureza diante da discussão internacional das questões ambientais, levando as políticas de revalorização da atividade extrativista como elemento fundamental para garantia da sustentabilidade.

O modelo de consumo e estilo de vida ao qual a humanidade foi submetida dentro do modelo capitalista de produção romantiza uma ideia do pensamento histórico ambientalista, do desenvolvimento da ciência moderna, tendo como um de seus principais elementos o controle da natureza. Herculano (1992, p. 12) critica o caráter fragmentador da ciência a partir dos anos da revolução industrial e de como essa nova ordem social passa a tratar o homem, sua cultura e a natureza como objetos não relacionados.

A ciência moderna, surgida com Francis Bacon, Newton e Descartes, passou a ver a natureza como um mecanismo a ser controlado, uma máquina a ser investigada, dominada e subjugada [...]. A ciência moderna é percebida como a cunha que cide, separa, a cultura humana da natureza [...]. A modernidade, que eclodiu a partir do século XVI, com as expansões ultramarinas e as revoluções científica e industrial, transformou a cultura em um processo civilizatório e assim passou a estabelecer uma relação de oposição entre cultura/civilização, de um lado, e natureza de outro. (HERCULANO, 1992, p. 12).

A partir da análise desse modelo de consumo, Sachs (1986) demonstra como tal elemento é fonte básica de conflitos no mundo. O autor numera três aspectos que mais tendem a desenvolver conflitos.

O primeiro é a estrutura global de relações entre recursos e os seres humanos, em que uma minoria de países, voltados para um pródigo estilo de vida, se apoderou de grande parte dos recursos mundiais. O segundo aspecto é a expansão do mesmo estilo de vida aos estratos dominantes do Terceiro Mundo, o que tem acentuado divisões dentro das sociedades que compõem e entre elas. O terceiro aspecto é a consequência dos dois primeiros e toma a forma de um crescente conflito sobre o acesso, a distribuição e o controle do mundo industrializado e das classes privilegiadas dos países em desenvolvimento. (SACHS, 1986, p. 131).

A destruição dos bens naturais historicamente causados pela demanda de acumulação

do mercado capitalista nos países do Sul, dentro da política de globalização, fez com que o sistema encontrasse novas formas de se reestruturar em meio a crise sem que, de forma direta, afetasse o modelo de acumulação e os conflitos resultantes.

A presença do homem e da dinâmica econômica tais regiões estão ligadas diretamente as demandas e as participações das lógicas econômicas em cada momento histórico, no caso do Brasil, a construção do “mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira” (SANTOS; SILVEIRA, 2005)

Dentro da análise das contradições do capitalismo deve-se enfatizar que a crise do capital que lentamente vêm avançando está ligado as novas formas de deslocar suas contradições que só pode ser “entendida como um processo contraditório de ajustes recíprocos, que pode ser concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente ligado às suas próprias contradições” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797)

Para isso, superar as próprias barreiras no ciclo do neoliberalismo, o capital encontra no discurso do desenvolvimento sustentável uma chave para reestruturação de seu modelo de acumulação a partir da intensificação da financeirização da natureza para a “superação” dos problemas ambientais.

Prova-se na análise que Foster (2000) faz do olhar crítico de Marx em seus escritos sobre as revoluções agrícolas, de observar a dominação ao qual os países subdesenvolvidos, na época colônias européias, estavam submetidas para fornecer condições do crescimento do capital emergente, sofrendo anos de exploração e expropriação de seus recursos para a prosperidade de uma burguesia.

No nosso caso, o capitalismo já saiu de sua fase emergente, está concretizado, mas mantém uma faixa de um capitalismo verde para garantir a dinâmica de um mercado que enriquece uma burguesia estatal e latifundiária em nome da desterritorialização e quebra da soberania das comunidades tradicionais.

O sujeito que constrói no território seu espaço de vivência vital, como é o caso do sujeito seringueiro, posteriormente, o camponês da floresta, que em seus métodos de uso da terra, considerados enquanto rudimentares, demonstra em todo o desenvolver de sua relação metabólica com a natureza a concretização do equilíbrio entre produção para subsistência e preservação dos bens naturais.

No Acre, a luta pelo direito ao território no movimento de resistência dos seringueiros, ao longo de seu desenvolver mostrou-se não somente restrito ao viés do acesso e permanência

na terra, mas uma luta pelos bens naturais, pela manutenção da natureza enquanto fator de garantia de manutenção da existência dos povos. Estes que mesmo sem saber formam as bases da prática sustentável em sua essência sem regras ditadas pelo mercado.

Todavia, é partindo do pressuposto de um capitalismo mais humano, de valorização das relações entre os povos da floresta e sua relação com o meio de forma a recriação de uma ordem econômica, supostamente, em colapso, dentro de um viés ambientalista.

3 O PROGRAMA DE (IN)SUSTENTABILIDADE DO ACRE: A TERRITORIALIZAÇÃO DE UM NOVO CONFLITO TERRITORIAL

Fenômeno não recente, as mudanças climáticas coloca para a humanidade, desde o Holoceno, a convivência e adaptação à tais transformações naturais, mas é na sociedade moderna que as interferências de caráter antrópico na terra passam a ter efeitos transformadores e preocupantes, ao ponto de levantar discussões referentes as mudanças climáticas globais.

A inserção do debate no âmbito dos efeitos causados pela emissão dos gases de efeito estufa e uma série de esforços para construir estratégias de mitigação dos efeitos no clima passam a ser impulsionados. A origem de tais estratégias encontram-se no controle do mercado e seguem o movimento histórico de usar os territórios das nações menos desenvolvidos enquanto palco de ações.

Sem uma construção ou debate popular referente as formas de garantir um desenvolvimento menos violento para os bens naturais, a violação territorial volta a ser um elemento presente nas políticas do sistema hegemônico em meio a sua tentativa de mitigar os efeitos destrutivos ao meio natural.

Cornetta (2017, p. 95) analisa que “as políticas vêm sendo concebidas e implementadas frente às mudanças climáticas, isto é, baseadas em uma perspectiva isolada marcada pelas modelagens computadorizadas e padronizadas de ‘realidades’ futuras”.

Longe de serem resultantes de uma discussão popular, levando em consideração os interesses de populações que dependem da preservação ambiental, as ações de mitigação e políticas ambientais, não estão submetidas somente a discussão do que se pode acontecer na superfície, mas ligadas diretamente à uma série de articulações políticas, que encontraram no discurso sustentável novas formas de acumulação de capital e controle territorial.

No Acre a aliança entre Estado, mercado internacional e as formas tradicionais oligárquicas como, o latifúndio local, constroem um discurso científico da legitimação dos “projetos de sustentabilidade”, como o projeto de Redd que no Acre, vem ser a primeira experiência da dinâmica de mercantilização do ar. Essa configuração impõe para populações tradicionais, mais um capítulo na história da luta pela terra, agora diante da nova roupagem, mas com o avanço e manutenção do latifúndio.

3.1 O suporte do Estado e a implantação da Economia Verde no Acre: a territorialização das políticas de compensação de carbono

A crise ambiental ao mesmo tempo que cria uma série de documentos internacionais de comprometimento com a diminuição dos efeitos destrutivos no clima, cria também pretextos “para que as grandes empresas não cumpram seu compromisso público com as energia renováveis e para que os governos, por sua parte, deixem de cumprir metas pactuadas internacionalmente” (PAULA, 2013, p. 30).

A questão ambiental uma vez na agenda internacional, trata-se de uma natureza para além de sua lógica de preservação, passa a ser tratada partindo da lógica da acumulação enquanto realização futura de capital. Encontrar formas de manter o modo de produção, com o discurso de modelos produtivos que sejam ambientalmente corretos e que ainda assim, garantam a produção do mercado contando com um dos fatores mais favoráveis para a nova forma de acumulação e exploração capitalista nos territórios tradicionais: a articulação e apoio da comunidade científica, que tenta criar um consenso comum referente aos projetos ligados a Economia Verde, tratando a respeito da materialização da ideologia do desenvolvimento sustentável, a partir da efetivação das ações políticas de organização e implementação de projetos de caráter consciente do uso dos recursos naturais relacionando erradicação da desigualdade enquanto um dos instrumentos que fundamenta o objetivo do projeto:

La economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Afirmamos que cada país dispone de diferentes enfoques, visiones, modelos y instrumentos, en función de sus circunstancias y prioridades nacionales, para lograr el desarrollo sostenible en sus tres dimensiones, que es nuestro objetivo general. A este respecto, consideramos que la economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza es uno de los instrumentos más importantes disponibles para lograr el desarrollo sostenible y que podría ofrecer alternativas en cuanto a formulación de políticas, pero no debería consistir en un conjunto de normas rígidas. Ponemos de relieve que la economía verde debería contribuir a la erradicación de la pobreza y el crecimiento económico sostenible, aumentando la inclusión social, mejorando el bienestar humano y creando oportunidades de empleo y trabajo decente para todos, manteniendo al mismo tiempo el funcionamiento saludable de los ecosistemas de la Tierra. (NACIONES UNIDAS, 2012, p.10, grifo do autor).

A concretização das políticas públicas no território (este já condicionado a dinâmica e interesses do modelo capitalista), procura determinar a construção de novas formas territoriais

a partir da monopolização capitalista e transformação dos bens naturais em elementos para especulação e financeirização no mercado, colocando sob sua condição, de violência territorial, modos de vida comunais e sustentáveis em sua essência. A partir disto, o território é “como infraestrutura ou base para acumulação e reprodução do modo de produção capitalista” (WHITACKER, p. 172).

Segundo Paula e Moraes (2013) o que caracteriza o modelo de sustentabilidade criado pelo mercado, seria o reconhecimento do bem natural enquanto capital, e o incentivo de investimento neste para um proveito mais eficiente dos bens naturais, ao mesmo tempo incentivar sua conservação e recuperação para redução da desigualdade. Nesse contexto, materializa-se no território, políticas públicas voltadas para a aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável enquanto ferramenta de organização regional.

O governo do Estado do Acre em 1999 com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), usou enquanto conceito norteador da implementação de políticas públicas no Estado, a “Florestania”, buscando em sua teoria “conciliar o crescimento econômico com a inclusão social e a conservação ambiental” (WWF, 2013, p. 15-17), além da função de resgatar a cultura extrativista, bem como sua valorização histórica e cultural.

No entanto, o conceito de florestania, bem como o início de movimentações internas governamentais do Estado para sua implementação, teve como um de seus fundamentos básicos o conceito de desenvolvimento sustentável, ao qual Bertha Becker (1999) discute ser uma forma de conciliar a lógica de expansão ao mesmo tempo que oculta a o próprio esgotamento desta.

A região Amazônica ao mesmo tempo que, em momentos do desenvolver das formas de controle territorial, é usada partindo da lógica de destruição, também está condenada a determinação de soluções ambientais vinculadas a inserção do mercado e reformas neoliberais, enquanto espaço subordinado ao capital internacional, como é o caso do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

A “adequada governança na gestão dos recursos naturais” (ACOSTA, 2011), proposta pelas grandes instituições de mercado, pelo controle dos países desenvolvidos, geram um cenário de conflitos históricos ao desconsiderar as particularidades existentes no âmbito da construção do território extrativista.

Na região da Amazônia Acriana, a forma definida dentro desse modelo de reformulação da estruturação do planejamento regional e ordenamento territorial, na

perspectiva de valorização das florestas e do meio extrativista se materializou a partir do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), efetivado pela articulação entre Governo do Estado e Governo Federal.

Instituído no Acre pela lei nº1.904, esse Zoneamento tem como atribuição orientar políticas públicas relacionadas a gestão territorial, tendo como norte o desenvolvimento sustentável de forma a garantir as potencialidades do meio sem ultrapassar os limites naturais deste, com a participação conjunta do setor governamental e popular que, na prática, apresenta-se mais como um meio institucionalizado de obter controle dos territórios à serviço dos interesses financeiros.

A lei Federal 9.985/2000³, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece o uso de coberturas florestais a partir de um uso “sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (BRASIL, 2000, p. 1). Um dos grandes fatores de legitimização das discussões no círculo de debate internacional referente as formas de impor limites ao modelo de destruição do meio natural, a partir das conferências internacionais e uma série de documentos de compromisso com o desenvolvimento sustentável, baseava-se no discurso do uso racional dos recursos naturais e a valorização da cultura dos povos da floresta, bem como o importante processo de certificação florestal como elemento fundamental de legitimação dos planos de manejo florestal, por exemplo.

Desse modo, o aprofundamento da mercantilização dos bens naturais assume a aparência de desenvolvimento sustentável. Para tanto, vale-se tanto do ocultamento das imposições emanadas da *hegemon* imperial – no sentido de instituir um marco regulatório padronizado nos Estados periféricos e semiperiféricos para o uso sustentável das florestas – quanto do aval da ciência florestal. Conta ainda com a colaboração e cumplicidade de grandes organizações conservacionistas internacionais. Especialmente na massificação da ideia de que a utilização dos recursos naturais devem sujeitar-se aos mecanismos de mercado, cabendo ao Estado tão somente a institucionalização do novo marco regulatório e cumprimento das funções de controle nele estabelecidos. (PAULA E MORAIS, 2013, p. 351).

No Acre, a rearticulação de velhas e novas oligarquias estatais, com acordos entre latifundiários e as agências internacionais para garantir a terra para implantação dos planos de sustentabilidade; a subordinação dos movimentos sociais pós eleições de 1999 concomitante com a adesão ao modelo neoliberal, sob gestão de agentes nacionais e internacionais, por

³ Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

meio dos grandes financiamentos, como no caso da cooptação de sindicatos feita no Acre que fez este perder sua histórica força enquanto elemento territorial organizativo dos povos da floresta no questionamento, formação e resistência, perante as ações contraditórias do governo.

Posteriormente, em dezembro de 2001, a Lei Estadual nº 1.426⁴ determinou, em seu Artigo 20, que “o uso dos recursos das Florestas Públicas de Produção poderá ser concedido sob o regime de concessão florestal, mas sob qualquer circunstância, a exploração deve resultar da aplicação de um plano de manejo aprovado e supervisionado pelos órgãos” (BRASIL, 2001).

A partir desse momento, preparava-se a legitimação jurídica para que os projetos de Manejos Florestais Sustentáveis (MFS)⁵ fossem aplicados tanto por parte das populações das florestas como pelo setor privado. O projeto consistiu na abertura de um território para exploração de madeira sem grandes impactos ecológicos e sociais e que seguem uma normativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Se no plano governamental do década de 1970 a floresta era vista como um obstáculo a ser superado em nome do desenvolvimento, no início do século XXI a riqueza em biodiversidade no Acre é vista como um laboratório perfeito para os testes de eficiência e gestão dos projetos inseridos na lógica da Economia Verde, tendo como um dos principais financiadores, o Banco Mundial, além do papel principal do Estado como provedor na promoção dos processos de criador de condições para o desenvolvimento do capital.

O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. (HARVEY, 2008, p. 104).

A articulação entre o setor público e o setor privado neste cenário inclina-se para criar privilégios aos mecanismos de mercado a partir do crescimento econômico com a conservação ambiental, denominado como a “economia de baixo carbono”.

Entra como elemento central de efetivação dessa nova forma de articulação do

⁴ Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1426.pdf>.

⁵ É definida pelo Governo Federal como “a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies de madeiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços florestais (BRASIL, s/d, p. 1).

mercado capitalista os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)⁶, essencialmente constituídos do aparato político e jurídico para contemplar a política de captação de carbono e outras ações de caráter de conservação, estimulando o processo de mercantilização da natureza como nova forma necessária para garantir e expandir o modelo de expansão e acumulação do modelo capitalista mundial.

O modelo extrativista como meio de apropriação de bens e territórios na manutenção de uma dinâmica colonial e neocolonial a partir do movimento do modo de produção capitalista e suas diferentes formas de transformar elementos constituintes do território em rentável. Com o discurso de revalorização da cultura extrativista, apoio financeiro e estatal, são impostas as comunidades tradicionais, agente facilitador com toda sua bagagem de apoio financeiro e estatal impõe para as comunidades tradicionais a forma com que deve ser seguida seu processo de reprodução no território como sujeito do campo, guiando, a partir de uma visão prioritária das necessidades de fornecer o aparato de forma a manter a garantia do lucro dos projetos, como e que o pequeno camponês da floresta deve plantar e qual espaço lhe é autorizado fazer tal atividade.

Posteriormente, disputar na esfera ideológica um novo modelo de construção da dinâmica econômica de forma a valorizar as questões identitárias dos povos da floresta do Acre fizeram do desenvolvimento sustentável/Economia Verde, um modelo a ser implementado para garantir as expectativas propostas pelo governo de garantir coerentemente o discurso da sustentabilidade enquanto modelo de valorização econômica.

Trataremos adiante que a implementação do projeto Purus de conservação das florestas e mercantilização dos créditos de carbono virá demonstrar que a articulação do Estado com o mercado internacional procuram construir a venda de um discurso de incentivo às ações sustentáveis sem mudar a estrutura de exploração e destruição ao qual se consiste o modelo capitalista desde seus primórdios.

No Acre, o modelo sustentável surge com uma prática de violação dos direitos e soberanias territoriais e culturais das comunidades tradicionais com um elaborado discurso que trata dos trabalhadores da floresta e seus métodos rudimentares de produção da terra como agentes de desmatamento para garantir o lucro capitalista e a manutenção de um modelo latifundiário existente desde o período de formação territorial do Acre.

⁶ Define-se como “uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra que possa assegurar este serviço é comprado por, pelo menos, um comprador de, pelo menos, um provedor sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço”(BRASIL, 2009, p. 11-12).

Para Lacoste (2001) os discursos de planejamento do território no âmbito da criação de ambientes harmônicos em busca do equilíbrio são usados como máscaras para organizar o suporte necessário para manter a maximização do lucro “mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho do Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares” (p. 30)

A perda da autonomia da sua reprodução enquanto sujeito com uma cultura e identidade construída a partir da vida reproduzida na terra/floresta, lhes é não somente negada, mas retirada. Inicia-se um processo de resistência que vai para além da permanência na terra, mas pelo direito de garantir sua autonomia de vida social, econômica e política no território.

Temos dessa forma, um conflito pela terra que possui, em sua origem, a falsa garantia de valorização do verde, e na realidade, um esverdeamento do processo expropriatório do capitalismo e a manutenção das raízes históricas de conflitos ao qual os camponeses estão sujeitos diante do movimento de destruição do capital.

O protocolo de Kyoto⁷ um dos acordos internacionais mais conhecidos, e considerado um dos sucessos diplomáticos no âmbito do desenvolvimento sustentável, é o acordo de caráter internacional que referencia as nações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (CQNUMC) na criação de meios de mitigação da emissão de gases de efeito estufa, com atenção especial para o gás carbônico considerado o principal causador das mudanças climáticas. O consumo deste, é causado pela intensa atividade industrial para atendimento da demanda mundial por combustível e energia.

É a partindo desse referenciamento que é integrado o sistema Cap-and-trade, criado na Califórnia, firmado em 2010, tem como objetivo a venda de créditos internacionais como meio de redução do desmatamento florestal⁸ retirando das empresas a responsabilidade de reduzir a emissão direta dos gases, a partir da “compra” de créditos de carbono tendo como elemento a articulação política e empresarial de investimento em projetos que garantam a não emissão de gases de efeito estufa, com o objetivo de “compensar” a própria falta de cumprimento do acordo de redução.

A implantação de programas de incentivos voltados para a ‘economia verde’

⁷ O Ministério do Meio Ambiente o define como um tratado que, vigorado em 16 de fevereiro de 2005, tem como função complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima.

⁸ O acordo é firmado entre Acre, Chiapas e Califórnia.

pelos últimos governos do Acre vem ganhando força com as políticas internacionais para mudanças climáticas, notadamente pelo papel central que as florestas desempenham neste contexto. (CORNETTA, 2016, p. 237).

No Acre, a floresta uma vez considerada um empecilho para implementação do modelo capitalista no início da ocupação territorial, passou de obstáculo a oportunidade de negócios financeiros, como forma de garantir a violação do território dos camponeses da floresta e manutenção do controle da terra pela elite agrária local.

Em última instância essa lógica relativiza as exigências legais domésticas e internacionais sobre os controles de emissões de poluentes e outras restrições ambientais. Agora, os descumprimentos das metas de redução de emissões podem deixar de ser passíveis de sanções, se compensados num mercado de compra e venda de ‘estoque’ de carbono (FAUTISNO; FURTADO, 2015, p. 30).

No histórico de políticas nessa nova fase do Acre, além do MFS (Manejo Florestal Sustentável) está a Política de Valorização do Ativo Ambiental (PVAAF) que dá origem ao Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais, aprovado como Lei Estadual N. 2.308 de 22 de Outubro de 2010.

Fica Criado o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, com o objetivo de fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços e produtor ecossistêmicos: I – o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; II- a conservação da beleza cênica natural; III – a conservação da socio biodiversidade; IV – a conservação das águas e dos serviços hídricos; V – a regulação do clima; VI – a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e VII – a conservação e o melhoramento do solo (Art. 1º ACRE, 2010).⁹

Entre os programas criados no SISA está o Incentivo aos Serviços Ambientais de Carbono (ISA Carbono) que é o projeto que incorpora as ações ligadas à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+). Nesse sentido, o Sisa é considerado como o programa jurisdicional de Redd+ com maior potencial e mais relevante de todo o planeta. É uma “iniciativa governamental que expande a lógica do mercado de carbono contemplando as florestas como sumidouros de carbono e provedoras de outros serviços ambientais” (Relatoria do Direito Humano Ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca, 2015, p. 24)

O SISA uma vez considerado como um dos programas mais desenvolvidos no campo

⁹ Acesso ao texto completo da Lei: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf>

das políticas de pagamento por serviços ambientais, constrói no Acre um papel essencial dentro das políticas territoriais do Estado não voltada somente para as diretrizes internacionais no controle da emissão dos gases poluentes, mas uma forte ferramenta para garantir um arranjo do meio ambiente que seja atrativo para investimentos ligados aos planos de sustentabilidade ao redor do mundo.

Os Serviços Ambientais no Acre alcançou uma significativa posição devido a uma rede de articulação que envolve o Governo do Acre e os grandes Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha, World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e outras empresas do ramo de investimento ambiental, além de instituições do governo federal do Brasil, demonstra o Relatório da Economia Verde de 2015.

O Acre foi o pioneiro no avanço do SISA pelos financiamentos recebidos pelo Fundo Amazônia; o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW); e da agência alemã de cooperação internacional GIZ; da WWF-Brasil e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Vale ressaltar que, em 2012, o governo do Acre recebeu do banco alemão cerca de 25 milhões de euros, o equivalente a 90 milhões de reais para fomentar iniciativas que reduzam a missão de gases de efeito estufa (Repórter Brasil, 2017).

Um elemento que fundamenta a articulação internacional entre o Governo do Acre e as agências de financiamento dos projetos é o próprio contexto histórico, inclusive a própria imagem do líder Chico Mendes, que passou a ser uma figura mundialmente conhecida na luta pela manutenção das florestas. Logo no início dos anos 2000 já com o novo governo, com o lema “Floresta em pé” inicia-se uma intensa participação do Acre, representado pelo seu então Governador Jorge Viana, como um território histórico de um fenômeno ambiental levanta a questão de que apesar de todo contexto de luta, a terra da seringueira permanecia sem uma regulação fundiária que garantisse a preservação ambiental, o fim do latifúndio, e a garantia dos direitos às populações locais.

Michael Schmidlehner, ambientalista austríaco, mas naturalizado brasileiro, estudioso dos projetos de REDD afirma que dentro do contexto internacional ao qual estamos inseridos o projeto “visa transferir a responsabilidade para a crise climática de sociedades industrializadas para as comunidades locais, do norte para o sul”¹⁰.

¹⁰ Matéria completa disponível em:

O REDD assegura para uma elite local latifundiária a garantia de acumulação de capital, uma vez que os proprietários recebem recursos financeiros das agências do projeto para ceder o espaço para instalação da atividade.

Com essa assertiva, o discurso da “Economia Verde” no Acre possuiu ao longo de sua ascensão uma ocultação de certa eficiência no que diz respeito a produção destrutiva que tal modelo, ao ser implementado nos territórios, levou diretamente para as comunidades tradicionais, reforçando um cenário de violação territorial e de direitos, além da manutenção de um modelo de exploração e esverdeamento do capitalismo.

No entanto, devemos ressaltar que a Lei desde o início conta com uma série de questionamentos referentes ao objetivo do SISA concomitante com as intenções do governo do estado. O processo de consulta referente a Lei do SISA contou com a resistência por meio de um manifesto intitulado “Carta do Acre”¹¹ onde um coletivo de 30 organizações e denunciado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ao Ministério Público Federal.

Ressaltamos que, além de desprovida de amparo constitucional, a Lei Nº 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais foi criada sem o devido debate com os setores da sociedade diretamente impactados por ela, isto é, os homens e mulheres dos campos e floresta. Reproduzindo servilmente os argumentos dos países centrais, os gestores estatais locais a apresentam como uma forma eficaz de contribuir com o equilíbrio do clima, proteger a floresta e melhorar a qualidade de vida daqueles que nela habitam. Deve-se dizer, entretanto, que a referida lei gera ‘ativos ambientais’ para negociar os bens naturais no mercado de ‘serviços ambientais’, como o mercado de carbono. Trata-se de um desdobramento da atual fase do capitalismo cujos defensores, no intuito de assegurar sua reprodução ampliada, lançam mão do discurso ambiental para mercantilizar a vida, privatizar a natureza e espoliar as populações do campo e da cidade. Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria. (CARTA DO ACRE, 2011).

Ao longo das últimas décadas dentro da estratégia da Economia Verde as condições criadas pelo capital internacional em apoio com o Estado estimularam no Acre uma nova base de sistema para acumulação do capital que viabiliza um processo desigual de uso dos bens naturais que é histórico no desenvolver do sistema capitalista, mas que agora, com uma nova roupagem abre espaço para a invenção “de uma gama de novos produtores financeiros, em

<https://www.ac24horas.com/2015/12/06/acre-terra-da-economia-verde-com-transparencia-vermelhada/>.

¹¹ <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Carta-do-Acre.pdf>

grande parte baseados em diversos tipos de eco-créditos” (Dossiê do Acre, 2015, p. 14) Os números demonstram que mesmo com implementação das ações sustentáveis no Acre não preservam de fato as florestas, dados obtidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) revelam que em questão de desmatamento no período de 2017/2017 o índice de desmatamento perde apenas para o ano de 2005. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostra que na análise do índice de desmatamento da região Norte, o Acre foi o campeão entre o período de agosto de 2017 até julho de 2018 que diz respeito a 82,9% de área florestal destruída.

A grande contradição encontra-se no fato que, como é possível o desenvolvimento de um sistema jurisdicional de REDD considerado como o mais avançado do mundo e ainda assim manter índices tão altos de desmatamento?

Diante do processo de globalização da economia neoliberal acompanhando de uma hipervalorização do setor econômico fornece um aparato para que o debate ambiental passe a ser mais uma forma de valor de troca e “não mais um valor no sentido ético-político” (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 53).

O projeto Purus está inserido dentro de um padrão de projetos chamado de “campanha emergencial” em que se insere como um dos melhores projetos de REDD dentro do mercado, tal posição, leva o projeto estar submetido a um nível significativo de exigências com o qual, dentro de um território já ocupado pelas comunidades não conformam-se com a dinâmica de vida dos mesmos, inicia-se uma luta entre desiguais pelo direito a permanência na terra e pelo fim do falso projeto de sustentabilidade que, em sua prática, destrói diretamente e indiretamente o meio de vida do camponês da floresta que passa a se organizar para uma nova frente de luta e resistência.

Essa forma de vender o modelo do desenvolvimento sustentável possui em seu contexto histórico uma complexa relação entre a necessidade de reestruturação do capital a partir da criação de novos elementos a serem mercantilizados e territórios explorados, para manutenção do sistema hegemônico de controle.

4 A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA AGENDA INTERNACIONAL: A CONCRETIZAÇÃO DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na década de 1960, o movimento da contra cultura fez emergir a discussão referente a limitação dos recursos e ao perigo para o meio ambiente diante do modo destrutivo de produção capitalista. Mais precisamente, em 1962, com a publicação do livro “Primavera Silenciosa”¹² de Rachel Carson, que trazia uma crítica ao impacto dos herbicidas químicos para a vida silvestre nos Estados Unidos. Em seu sétimo capítulo, intitulado “Desvastação Desnecessária” afirma que:

Na medida em que o Homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a Natureza, ele vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a Terra que ele habita, mas também contra a vida que compartilha o Globo com ele. (CARSON, 1962, p. 95).

Seguiu-se nos anos seguintes uma série de pesquisas e discussões dentro das questões ambientais e seus impactos no território e nas populações que viviam e sobreviviam da relação com a terra e a ameaça direta que o modelo de produção hegemônico mostrava ser para a cultura tradicional dos povos do mundo.

Esse movimento de reflexão levou a questão do ambiente como um dos pontos da agenda internacional de discussão na tentativa de procurar saídas para o setor produtivo que estava muito baseado no processo de esgotamento de recursos naturais.

A crise ambiental aparece como uma forma de lembrar à humanidade os limites físicos, químicos e orgânicos que possui a natureza e que a expansão do capital por meio de uma idéia de ilimitação dos recursos é insustentável para as próprias condições de produção e reprodução do capital. No entanto, bem como afirma Burkett (2014), o capitalismo só revela suas tendências diante da crise ambiental quando as tensões referentes ao uso exarcebado dos recursos naturais passam a ser elementos de valor de mercadoria e capital¹³.

Temos como objetivo demonstrar neste capítulo, a série de ações como forma de políticas públicas de caráter sustentável mostrou-se como uma nova forma de renovação do

¹² Título original: SILENT SPRING

¹³ “capitalism thus overcomes particular natural limits only by placing increasing pressure on the global biosphere as a whole. The social roots of capitalism’s environmental crisis tendencies are only fully revealed, however, when one considers the tensions with nature built into the value form of commodities, money and capital” Texto original do livro Marx and Nature, 2014 por Paul Burkett, p. 79

modo de produção capitalista, mas agora com o aparato de legitimação a partir do conceito

de “desenvolvimento sustentável” e pela série de denominações que as ações de “sustentabilidade” ganhou ao longo de seu desenvolvimento, especialmente no hemisfério Sul.

4. 1 O relatório de Brutdland “Nosso Futuro Comum”, o conceito de desenvolvimento sustentável e a falsa sensatez de conservação dos bens naturais

O modelo de consumo e estilo de vida ao qual a humanidade foi submetida dentro do modelo capitalista de produção romantiza uma ideia do pensamento histórico ambientalista do desenvolvimento da ciência moderna tendo como um de seus principais elementos o controle da natureza. Herculano (1992, p. 12) critica o caráter fragmentador da ciência a partir dos anos XVI com a revolução da ciência e da revolução industrial e de como essa nova ordem social passa a tratar o homem, sua cultura e a natureza como objetos não relacionados.

É a partir de um cenário de discussões no que tange o controle da emissão de gases de efeito estufa e seus intensificadores que surgem “novas oportunidades de trocas comerciais e interpretações sobre o controle dos recursos naturais” (RIBEIRO, 2010, p. 69)

Com um cenário para discutir a questão ambiental, uma série de demandas diretas por parte de países, especialmente, a Suécia em 1969 durante a XXIII Assembleia Geral da ONU¹⁴, passou a suscitar resoluções dentro do âmbito global de uma conferência internacional para discutir o meio ambiente.

Em 1972 a Conferência Internacional do Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo onde foi criada o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o Earthwatch que teve como dever observar as diversas formas de poluição do meio ambiente, além da CMMAD (Comissão Mundial para o meio ambiente e Desenvolvimento) que entre os anos de 1982 e 1987 procuraram e discutir meios que pudessem conter o processo de destruição do meio ambiente.

Entre as discussões da Conferência, estavam a solução trazida pelo Clube de Roma¹⁵ a

¹⁴ Considerado o estopim da posição e demanda sueca está o desastre ecológico na Baía de Minamata no Japão, onde uma série de trabalhadores e moradores da região foram contaminados por mercúrio devido as ações das indústrias presentes na região.

¹⁵ Tratava-se de uma organização fundada por Arelio Peccei, industrial italiano e presidente do Comitê

partir do Relatório Meadows. Este trata-se de um estudo feito a pedido dos membros do Clube com a finalidade de fazer um estudo científico, mais especificadamente, pelo MIT sobre a possível catástrofe ambiental que a humanidade estaria submetida devido a devastação ambiental. A principal ideia trazida dentro do relatório era a proposta do “crescimento zero” como uma forma de garantir a sobrevivência das futuras gerações que sem uma ação radical contra as ações devastadoras ao meio ambiente estariam condenadas.

A decisão não foi bem aceita, especialmente pelos países do chamado Terceiro mundo, especialmente pelo Brasil que, na data, estava no comando da bancada da Conferência, considerando injustiça com os países em desenvolvimento, uma vez que os países ricos apenas se recordavam e passavam a discutir a questão do meio ambiente quando os países centrais do modelo capitalista industrial e desenvolvido já havia devastado uma série de territórios em nome de seu desenvolvimento econômico próprio (Herculano, 1992).

Em lugar de transformações profundas nas estruturas de produção – que custariam investimentos fortíssimos aos países industrializados – se estaria tentando minimizar as ameaças de mudanças climáticas à custa dos países mais pobres. Quando, na verdade – como observa o próprio relatório brasileiro para a Conferência -, mesmo que se pudesse resolver todos os problemas ambientais do chamado Terceiro Mundo, isso em termos globais não faria diferença significativa. (HERCULANO, 1992, p. 81).

No campo marxista a proposta que ganhou espaço veio do publicado Manifesto pela Sobrevivência na qual o modelo de consumo da indústria capitalista era criticado e que só a partir da superação desta forma de consumir seria possível atingir metas reais para a conservação do meio ambiente. Nesse âmbito, foi elaborado o Relatório de Brutland (Nosso futuro comum)¹⁶ que definiu o conceito desenvolvimento sustentável. No tópico do relatório intitulado “Desenvolvimento Sustentável” afirma-se que:

Humanidade tem a habilidade de fazer desenvolvimento sustentável para garantir as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de encontrar suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável implica limites – não absolutamente limites mas limitações impostas pelo presente estado da tecnologia e organização social no recursos ambientais e pela habilidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. (Relatório de Bruntland, 1991, p. 24, tradução nossa)¹⁷

Econômico da OTAN que esboçava objetivos e ideias ambientalistas para pensar novas atitudes para garantir o fim da degradação ambiental.

¹⁶ O nome tem origem devido a primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland que presidiu durante os 5 anos a pesquisa referente as diferentes formas de degradação ao qual o meio ambiente estava submetido.

¹⁷ Original: Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the

O relatório considera como os principais fatores que precisam ser superados para alcançar o desenvolvimento sustentável: 1) o uso de tecnologias poluidoras; 2) o aumento demográfico; 3) a intensificação e expansão da miséria.

Os acordos internacionais que se seguem são usados como bases de discussão para a construção de projetos e conciliações internacionais que garantam os 3 pontos citados. No entanto, um dos grandes equívocos da discussão é considerar a extrema pobreza e a o controle de natalidade como prioridades e não a deterioração do meio ambiente pelos dejetos dos países centrais do capitalismo como primordiais.

Deve-se considerar a totalidade da complexidade da discussão, e tal discussão inclui um diálogo referente a mudança de um sistema produtivo que alimenta a pobreza e a desigualdade social por meio da precarização do trabalho, da concentração de terras, do papel ineficiente no âmbito dos direitos sociais e ambientais por meio do Estado que possui como prioridade o crescimento econômico em nome do sacrifício da soberania territorial e dos povos.

Apesar de uma série de acordos internacionais feitos referente a preservação do meio ambiente, existem também, uma série de críticas feitas a estas, uma vez que “não levam a resultados concretos possam definir políticas públicas capazes de resolver a assimetria entre países no uso dos recursos naturais” (RIBEIRO, 2010, 69).

A ordem ambiental internacional é feita por diferentes atores que possuem justificativas científicas, mas o fato é que as decisões a respeito da preservação do meio ambiente está dentro de uma série de articulações políticas internas dentro de territórios nacionais que tem como sua prioridade a garantia do seu auto desenvolvimento econômico e tecnológico e que a partir dos processos de rearticulação das forças políticas em conjunto com o capitalismo forja meios e discursos que atravessam a temática a partindo do conceito do desenvolvimento sustentável.

Porém, devemos observar que historicamente, a participação da população nos acordos firmados entre as nações no que tange novos modelos de produção, é quase que invisível. Grande parte das decisões é tomada pelos chefes de Estado em parceria com grandes empresas multinacionais, e também, com parte da comunidade científica que tem um

present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits – not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities

papel legitimador fundamental.

Dessa forma, bem como o caráter histórico do modelo capitalista e seus países centrais em decidir o que trata-se de desenvolvimento para os países propositalmente subdesenvolvidos, o modelo sustentável que é apresentado mantém como protagonistas poucos, bem como ocorre no processo de concentração dos meios de produção nas mãos dos oligopólios.

No Brasil, foi em 1992 que ocorreu a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro que é considerada uma outra parte dentro o todo complexo da compreensão das questões globais e suas políticas internas. O evento contou com divergências significativas dentro do jogo político uma vez que a maior força bélica estaria dentro da proposta de maior redução da emissão de poluentes atmosféricos em um período que o país vivia uma recessão e concomitantemente a Presidência Americana considerava prioritária o aumento da produção mesmo com custos ambientais.

Para além dos EUA, o Japão e os países petroleiros, especialmente, os árabes também demonstraram resistência com a proposta de redução da emissão de gases poluentes em até 2000. Esses países usaram como argumento naquele período a incerteza científica no que diz respeito a certeza dos acontecimentos resultantes do modelo exarcebado de degradação ambiental.

Bem como escrito no Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil o meio ambiente é um bem comum de uso do povo brasileiro e para além disto, devemos considerar que as decisões políticas e diplomáticas no que concerne as decisões de como criar ações pertinentes de políticas ambientais que tenham como objetivo garantir um uso racional dos recursos naturais e bem estar do meio urbano e rural deve ser assegurado a partir da participação social uma vez que o Estado aliado com o capital globalizado perde sua imparcialidade e independência.

Considerando os interesses guiados pelos objetivos de acumulação e consumo do modo de produção capitalista o ambiente deixou de tornar-se um fator limitante para o desenvolvimento econômico destrutivo, mas uma nova forma de estratégia do mercado para garantir a expansão e o lucro, onde as mudanças estruturais que de fato são necessárias nem chegam a ser discutidas na agenda internacional de forma concreta.

Nesse cenário, a exploração dos países do continente da América Latina,

característicos pela riqueza em biodiversidade e de diferentes povos tradicionais, ganha um papel fundamental para palco do desenvolvimento sustentável, sustentado pelo discurso da incapacidade dos povos deste território de garantir a gestão de seus bens naturais e que o método de subsistência no território constituído há séculos, seria a chave para compreender os aspectos negativos que afetaram a preservação da natureza.

4.2 Uma subordinação histórica e sistemática: a exploração dos territórios da América Latina e a consolidação do controle capitalista na Amazônia

A América Latina se “desenvolve” em uma relação direta com os países europeus, elementos centrais na expansão comercial, dentro do processo de ascensão do sistema capitalista, passando a ser fornecedor de metais preciosos e matérias de caráter exótico, criando o aparato necessário para o fluxo de mercadoria, dentro da economia europeia, para o crescimento e consolidação da grande indústria.

Apesar da conquista da independência política, a configuração social, econômica e territorial, constituída dentro do processo histórico de formação do continente, manteve-se enquanto colônia fornecedora de matéria prima controladas pelas ideias liberais e subordinada à articulação da burguesia nacional ao capital imperialista, assegurando a dependência econômica, fornecendo matéria prima em troca de bens de consumo.

As relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho enquanto fator determinante no sentido do desenvolvimento da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como “uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973)

Os interesses dos países europeus centrais do modo de produção em conjunto com a estrutura do sistema agrário, garantiu a subalternidade da América Latina às custas da desapropriação territorial, a negação do direito ao modo de vida de caráter comunal, como

forma de alcançar o controle territorial para demanda do mercado de bens primários. Tal estrutura mantém-se até os dias atuais por meio das novas formas de manutenção do modelo exportador.

Dessa forma, “na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda economia” (TAVARES, 2010, p. 42) garantindo o funcionamento do modelo colonial em todos os setores do território.

A materialização de um modelo que alimenta os meios de concentração de terras por parte de um seletivo grupo social, cria consigo o processo de violência para os que resistem pelas formas seculares de viver na terra. Seu meio de produção e reprodução espaço-territorial como caminho para que o território, uma vez que integrado a dinâmica do modo de produção, garanta o suporte para as necessidades do modo de produção.

Enquanto que, os povos que iniciam o conflito pelo direito ao território tradicionalmente ocupado e construído, a estes lhes são impostos somente dois caminhos: a política do obedecer ou retirar-se. Esse tipo de condução da organização social e econômica na América Latina reforça a afirmação de Mariátegui (2006) ao discutir o ponto de vista antiimperialista.

Até que ponto a situação das repúblicas latino-americanas pode ser assimilada à dos países semicoloniais? Sem dúvida, a condição econômica destas repúblicas é semicolonial, e, à medida que crescer seu capitalismo, conseqüentemente, a penetração imperialista, este caráter de sua economia tende a se acentuar. (MARIATÉGUI, 2006).

Tratando do modelo imperialista na América Latina, Frank (1980) afirma que, diferente dos outros continentes subalternos ao modelo do capital nos territórios, muito além de ter o Estado como mais um suporte para acumulação do capital europeu, este conseguiu incorporar toda dinâmica econômica e política dentro do sistema.

Não apenas se utilizou do Estado para invadir a agricultura; encampou quase todas as instituições econômicas e políticas com o intuito de incorporar a economia inteira no sistema imperialista. Os latifúndios cresceram em ritmo e proporções desconhecidas em toda história anterior [...]. Com o auxílio dos governos latino-americanos, os estrangeiros chegaram a possuir – geralmente por quase nada – faixas imensas de terra. E onde não conseguiam a terra, obtinham seus produtos de qualquer modo, pois a metrópole também encampou e monopolizou a comercialização dos produtos agrícolas e da maior parte dos outros. (FRANK, 1980, p. 204- 205).

O desenvolver histórico da América Latina é marcada por “processo de ascenso e crise do imperialismo e do sistema capitalista mundial” (CASANOVA, 1978, p. 11, *tradução nossa*)¹⁸. A acumulação primitiva do capital nos países europeus, contou diretamente com a ilustração que, nos é demonstrada na história dos conflitos resultantes da conquista dos solos do continente americano, concomitante com o genocídio dos povos originários como meio de assegurar a exploração natureza, para interesses de grandes capitais, e pela exploração do trabalho, especialmente no período de passagem da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa.

Apesar do esforço latino americano para alcançar o desenvolvimento e a diminuição das relações desiguais, especialmente em relação ao trabalho escravo, uma vez estabelecido modelo capitalista, onde os traços de desigualdades e, a relação entre homem e seu território são desvalorizados criando vítimas constantes da exploração ou de apropriação, a classe camponesa é vítima direta da violência tanto nas dimensões objetivas quanto subjetivas. Sua relação com a natureza torna-se algo alheio na qual o processo de acumulação de terra cria meios para que a classe burguesa consiga ter muito mais do que somente controle da terra, mas controle dos que necessitam dela diretamente para sua sobrevivência produtiva e humana.

Marini (2000, p. 135) argumenta que após o desenvolvimento do capitalismo a América Latina passa a ter sua ingressão com profundas contradições que terão incidências diretas na exploração do trabalho e predeterminou os caminhos que “tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente”.

O processo de constituição do capitalismo na América Latina considera que os fatores principais foram a exportação e superexploração do trabalho criando as condições históricas dos países latino americanos a subalternidade aos países centrais do capital. Tal forma de constituição afetou diretamente as condições de vivência e reprodução no território das populações tradicionais de toda América Latina.

Apesar das crises do mercado internacional, especialmente no pós guerra, a política de substituição de importação que passou a ser implementada do continente apenas fez com que forje-se uma dinâmica interna de dependência e proteção dos efeitos da crise, mas sem mudar a necessidade do mercado externo como suporte fundamental para garantia da nova organização do mercado interno.

¹⁸ “[...]proceso de ascenso y crisis del imperialismo y del sistema capitalista mundial”.

O setor externo não deixou de desempenhar seu papel relevante em nossos países; apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda através do aumento das exportações, sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários. (TAVARES, 2010, p. 45).

No Brasil, um exemplo resultante de tal política, pôde ser visto nos anos dos planos políticos de integração nacional, como forma de garantir a Amazônia, território considerado pouco explorado, como palco de investimentos internacionais para garantir o “desenvolvimento econômico” na região e em todo o país, além da segurança nacional.

Tanto a colonização como a constituição do modelo de produção capitalista na América Latina, trouxe consigo suas séries de contradições e desigualdades intrínsecas e necessárias para a sustentação de seu sistema, de forma a intensificar a exploração do trabalho e aumentar as disparidades políticas, econômicas e sociais dentro do território.

Dentro desta perspectiva, a análise do território possui uma série de conceitos e teorias que se fragmentam. No entanto, a definição do que é o território, de acordo com a intencionalidade abordada pelos planos econômicos, desconsideram as diferentes dinâmicas presentes dentro de um território construído historicamente.

Partindo de uma visão para além da fragmentação geográfica, que diz respeito a reprodução de uma sociedade por meio da cultura e identidade, construída dentro de pressupostos que, diferem essencialmente das formas de tratar o território por parte do Estado, ou seja, o território enquanto meio emancipador e não de controle social, em nome da subordinação à modelos impostos pelos mercados, especialmente por empresas transnacionais. (FERNANDES, 2007, p. 5)

A importância do território, entra no sentido de que este é condição da identidade coletiva e geração de vida que, diferente da propriedade privada, não é facilmente substituída, uma vez que criada uma relação simbólica, com valores culturais históricos que no processo de industrialização, modernização e proletarianização é imposto aos povos destes territórios.

O modelo de exploração do território latino americano ao longo dos séculos, colocou este, não mais apenas como um meio de emancipação dos grupos sociais que constroem o território por meio de todas as ações particulares, mas enquanto território baseado no controle social de uma classe social subordinada a outra.

Marini (2000) explica que o desenvolvimento industrial da América Latina não

acontece por meio das próprias demandas, mas é estruturada em função das demandas dos países desenvolvidos. Nesse caso, o desenvolvimento do capitalismo dependeu diretamente do desenvolvimento capitalista nos países centrais do sistema hegemônico, que fundamentou a construção do território por meio da manutenção da estrutura escravocrata e latifundiária enquanto base da organização e da vivência sócio-econômica que, seguido por crises cíclicas do capitalismo, encontrou formas de se manter por meio das novas roupagens para manutenção do caráter extrativista. Além de fortalecer estratégias de controle dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

Uma vez inserida na nova geopolítica, ao fim do século XXI, a valorização ou financeirização de bens naturais por meio de sua mercantilização, tendo o desenvolvimento sustentável enquanto plano de fundo, abre-se precedentes para que uma nova forma de apropriação dos bens e a violação dos direitos dos povos via agência financiadoras internacionais.

Nos anos 1970, com a queda da taxa de lucro, devido ao aumento da força de trabalho, a defasagem do modelo taylorista/fordista, devido ao retrocesso no âmbito do consumo devido ao desemprego estrutural, o desenvolvimento do mercado financeiro, aumento das privatizações, a crise do Welfare State, levou a uma crise estrutural ligada diretamente, como demonstra Meszáros (2007, *apud* FONTE, 2014), “ao esgotamento e incontrolabilidade de seus sistema de metabolismo social”.

Durante todo seu processo histórico de formação e consolidação, o capital ultrapassou todos os obstáculos em nome da busca de acumulação de riquezas, onde o homem e a natureza sempre foram considerados apenas como elementos a serem explorados dentro do sistema de produção em nome do alcance da sua lógica expansionista.

A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. (BECKER, 2004, p. 72).

O caráter de exploração exacerbado passou a ter consequências diretas no processo de controle e produção de riquezas, por meio do uso da natureza passaram a causar questionamentos e debates referentes a forma com que o sistema colocava em risco o seu

próprio desenvolvimento dentro de suas próprias contradições e de sua lógica destrutiva.

A natureza auto-expansionista do capital, não aceita restrições e também não possui limite dentro de seu próprio metabolismo de reprodução. Mészáros (2002, p. 251) considera que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”.

Apesar de suas contradições conseguirem ser ocultadas por um período do tempo de sua ascensão histórica, o capital ao fim desse período passa a sofrer com uma série de obstáculos que impedem seu processo de expansão. No entanto, é dentro do processo de crise do capital estrutural ao qual estamos que este encontra novos modelos de acumulação, que apesar de seus obstáculos significativos, experimenta e se aventura ao assumir novas formas que garantam seu processo de expansão e de exploração do ser humano.

O processo de transferência de valor via espoliação e intensificação da mercantilização dos bens naturais torna-se um dos elementos encontrados para o processo de reestruturação. A implantação de Projetos de Conservação, como é o exemplo do Projeto Purus, é a materialização de uma das séries de contradições que estruturam o modelo do capital, e sua capacidade concomitante de se auto reestruturar, com o acender da “preocupação” ambiental no âmbito internacional a partir da criação de novos mercados à serem explorados em sua tentativa de ocultar seu caráter destrutivo.

Sobre as crises dentro o modelo capitalista Mészáros (2002, p. 798) afirma que estas não existem de forma independente, mas que “reside dentro e emana das três dimensões internas”. As dimensões aos quais o autor faz referência são: produção, consumo e circulação, de forma que se quando tais dimensões seguem sua dinamização de forma normal dentro do modelo funcional do capitalismo não se possui uma crise estrutural¹⁹. No entanto, o autor afirma que:

A tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de *deslocamento de contradições* (MÉSZÁROS, 2002, p. 799, grifo do autor).

¹⁹ As crises que Mészáros considera que podem ser resultados no momento de alguma mudança em uma das 3 dimensões, é o que ele considera ser crises cíclicas do capital por não afetarem diretamente toda a estrutura.

A crise estrutural do capital demonstrou o que suas crises parciais até então não haviam demonstrado, os limites absolutos do sistema capitalista que passava por uma série de mudanças desde do século XX.

As mudanças ocorridas dentro da dinâmica capitalista devido ao novo caráter expansionista para imperialista, posteriormente, no início do século XX colocou o modelo de produção em uma nova roupagem que contou com a constituição de monopólios pela percepção da redução de custos por meio das fusões entre empresas visando o aumento do lucro e a troca de informações e elementos enriquecedores para o mercado a partir do aperfeiçoamento de técnicas. Apesar da produção passar a ser muito mais sociabilizada, os meios de produção continuam a ser privados e centralizados na mão de grandes capitalistas.

Para Lênin (2008) um dos fatores determinantes para o projeto imperialista do capital teve como base elementar para a constituição de tal dinâmica foi a junção do capital industrial e o capital bancário.

Com isso, intensifica-se, com grande rapidez, o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios, uma vez que os bancos passam a deter grandes somas de capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e trabalhadores. Ou seja, de meros intermediários passam a ocupar lugar central na economia disponibilizando à classe capitalista grandes montantes de capital para investimento nas atividades produtivas. Surge assim uma oligarquia financeira capaz de impor, por meio do seu poderio econômico, os rumos dos investimentos capitalistas, engendrando uma dependência crescente em decorrência dos empréstimos concedidos. Do ponto de vista político, destaca-se uma articulação de tais grupos na atuação dos Estados e em suas políticas econômicas. (LENIN, V. I, 2008).

Dentro de todo seu processo de transformação de acordo com os limites que lhe são impostos, o modelo capitalista passa a se articular de forma intensa com diversas dimensões da organização e construção espacial e territorial para encontrar novas formas acumulação e controle dos territórios que vem a manter sua marca histórica em todo seu processo de construção a partir de um cenário de dominação territorial e de conflitos que a divisão e a atuação política do capitalismo durante sua expansão e procura de novos mercados consumidores, mão-de-obra e matéria prima agrava um cenário de conflitos dentro de determinados territórios.

A articulação política que se dá entre os grandes proprietários e a ação estratégica do Estado para determinar violentamente novos arranjos territoriais, especialmente no campo, implica em um embate social que é marcado desde muito cedo no território Brasileiro, pela

luta dos povos da terra, pelo direito a sua reprodução no seio social contra projetos de desenvolvimentos excludentes capitalistas para o campo.

O desenvolver de uma diversidade de políticas territoriais contam com a capacidade do capital de se reajustar de acordo com cada período histórico ao qual se está relacionado, mas sempre na tentativa de manter a subordinação social herdada do período colonial para com os camponeses.

No Acre, as populações que passam a conviver com projetos de sustentabilidade, estão sendo submetidas à uma série de regras de utilização do território, onde o grande capital personificado nos grandes responsáveis pelos projetos impõe as famílias o modo de utilizar e quando utilizar a terra afetando diretamente sua atividade de produção interna forçando um modelo de vivência que lhes é estranho e não cabível, mas legitimado pelo discurso sustentável que, “por vezes, nem mesmo o discurso oficial consegue esconder a intenção de subordinar o social/ambientalmente sustentável ao economicamente atraente” (RIBEIRO, 2011, p. 222).

Enquanto território subordinado as diferentes formas de territorialização do capital no contexto da superação da crise e organização de novas formas de acumulação, a região Amazônica com toda sua extensão territorial e diversidade natural, mais uma vez, é vista como palco para novos investimentos do modelo hegemônico, usando também seu histórico de luta e resistência pela preservação ambiental por parte de seus povos. Inicia-se um processo de inserção da Amazônia enquanto espaço para apoderar-se das questões sustentáveis como meio de garantir de forma coerente um modelo de desenvolvimento harmonizador, capaz de conciliar crescimento econômico com preservação natural.

4. 3 Amazônia como garantia de pagamento da dívida dos países sul-americanos

A essência da dependência latino americana tem sua origem na garantia da expansão dos mercados centrais por meio da exploração do trabalhador para garantir a economia de acumulação capitalista nos países centrais para atender as exigências da dinâmica do processo de internacionalização do capital.

A base dessa relação perpetua-se até os dias atuais a partir da manutenção do continente como território de exploração e exportação de recursos naturais. Leff (1995) afirma a origem da crise econômica na qual se intensificou a exploração do continente latino

americano em nome da maximização das ganâncias do sistema capitalista.

En su historia reciente, América Latina se ha enfrentado a las adversidades de catástrofes naturales y regímenes no democráticos. Sus costas y tierras han sido azotadas por sismos, huracanes e inundaciones, y el continente entero fue cubierto por las mareas del mercado mundial, hundiéndose en una deuda impagable. Esta crisis financiera acentúa la presión sobre los recursos naturales de la región y los procesos de destrucción ambiental generados durante los años anteriores de auge económico, a consecuencia de las políticas agrarias, industriales y urbanas implementadas en un contexto de dependencia científica, tecnológica y económica. (LEFF, 1995).

Uma das questões que nos traz Rui Mauro Marini em sua análise sobre a dependência da América Latina consiste no fato de que a economia latino américa não necessita de um mercado de consumo interno para que ela seja realizada uma vez que ela se realiza centrada no mercado mundial e este dentro de sua racionalidade considera a natureza como uma mercadoria que gera valor e lucro.

A efetivação do capitalismo e de seu modelo de exploração na América Latina muito mais do que somente seu caráter econômico tem como base a formação social de exploração da mão de obra de forma a garantir que os direitos dos trabalhadores não sejam uma opção e que o mínimo consumo dos produtos a partir do consumo individual seja desnecessário e que é cada vez mais dirigida pela demanda do mercado externo.

Da mesma forma que o continente é usado como suporte fundamental para construir a acumulação de capital, posteriormente, será pela mesma dependência que será regida, ainda pela economia externa, o processo de industrialização do continente levando o que foi chamado de processo de substituição de importações que como um bom sistema resultante do modelo capitalista tinha uma série de contradições, uma vez que o que passa a acontecer é deixar de exportar recursos em sua forma bruta, mas pela nova política passa a ter capital investido na construção de fábricas que longe de ter como objetivo o desenvolvimento econômico territorial interno se manteve subordinada ao caráter de exportador, agora de bens primários que são, de fato, o processo vital do sistema de acumulação, nos explica Marini (1995).

Décadas seguintes, países da América Latina, inclusive o Brasil, já contava com uma indústria moderna e diversificada, porém, a estrutura dependente se manteve e ganhou um novo elemento, a dívida externa e a dependência tecnológica uma vez que os investimentos foram diretamente para setores específicos que estavam voltados diretamente para o mercado

externo.

Tal dependência moldou uma vulnerabilidade das economias subdesenvolvidas aos quais em momentos de crise dos ciclos internacionais, estas são as primeiras a sentirem o impacto resultante dessa submissão.

Sendo parte desse complexo território a região amazônica, considerando sua riqueza em bens naturais teve sua “ocupação” a partir do momento em que seus produtos se tornavam chaves para o desenvolvimento do mercado internacional bem como analisa Becker (2004). Apesar de suas particularidades territoriais, assim como em toda América Latina, a região sofreu (e sofre) com a intervenção internacional desde o período da colonização, inicialmente por Portugal seguindo a Inglaterra, especialmente no contexto da revolução industrial e atualmente uma grande articulação do EUA no território.

Com a ação direta do país que possuía a hegemonia do capitalismo em sua ação contrarrevolucionária, especialmente após a revolução de Cuba iniciou-se um processo de incentivar as ações militares para impedir qualquer possível ideia de uma “invasão” comunista, um golpe militar com apoio da burguesia e de oligarquias rurais é instalado como forma de impedir o avanço das lutas populares.

Dentro do contexto de imposição do golpe militar no Brasil (1964-1985), um governo que tinha como um de seus principais objetivos o “desenvolvimento industrial” do país passa a criar a partir de uma série de incentivos fiscais focadas no investimento de um plano de desenvolvimento regional que conta diretamente com a ação e implementação de políticas que fornecem ao mercado internacional via direta para “desenvolver” e “integrar” a região Amazônica com o resto do país em nome da garantir o controle do território para recuperar sua ação no mercado internacional no pós Segunda Guerra que levou ao fim da econômica gomífera.

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço. (BECKER, 1990, p. 11).

A principal política neste âmbito, foi a criação, ainda antes do golpe militar, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 para executar o plano de “desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial e a elevar o

bem-estar social e econômico da população regional” (MAHAR, 1978, p. 15)

Uma das grandes prioridades dentro do plano foi a federalização do território com a criação da Amazônia Legal na qual o governo possuía total controle o que abriu condições para que o Estado incentivasse todos os grandes projetos em nome do “Desenvolvimento e integração territorial” da região Amazônica.

Essa foi uma importante estratégia do governo federal, tanto que posteriormente, criaram-se outras formas de federalizar os territórios como através do Programa de Colonização Oficial da década de 1970, os Polos de Desenvolvimento instalados através do II PND (1975-79), e por fim, o Programa Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN). A federalização do território assumiu um caráter relevante diante da instalação do golpe militar de 1964, já que os objetivos centrais do governo eram a segurança nacional e a modernização do Brasil a partir de sua integração. Com isso, o controle do território permitiria a concretização desses objetivos. Nesse sentido, a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima, pois no plano interno além de se apresentar como solução para os problemas das tensões sociais do Nordeste ao direcionar fluxos migratórios para uma região com baixa densidade populacional, permite também a continuidade do crescimento do Sudeste enquanto a possibilidade de novos investimentos. (PONTE, 2014, p. 73-74).

A grande contradição dentro de tais políticas de controle territorial encontra-se no âmbito do falso discurso de segurança nacional uma vez que nesse período grande parte dos investimentos na Amazônia possuem na sua origem amplas oportunidades para empresas internacionais mantendo a divisão internacional do trabalho onde a região da Amazônia permaneceu sendo vista como um exportador de matéria-prima para manutenção dos mercado internacional.

Em junho de 1970 se teve início a ação efetiva de implementação dos projetos para integrar o território amazônico com o resto do país, foi o Decreto-Lei nº 1.106 em que se estabeleceu o Programa de Integração Nacional (PIN) que teve como norte de ação a construção de estradas e um plano de irrigação para o Nordeste. Para financiamento do projeto foram pensadas “fontes potenciais de receita [...] Embora a mais importante devesse ser uma parcela, de 30% dos fundos de incentivo fiscal” (MAHAR, 1978, p. 31).

Ponte (2014) afirma que foi durante a construção das rodovias que foi dada a carta branca para entrada, em especialmente, do capital internacional a ocupar as terras marginais da floresta amazônica.

Por outro lado, além da necessidade de criar mecanismos de ligação do território nacional, era necessário “ocupar” populacionalmente a região

através de fluxos migratórios não somente com a necessidade de povoar, mas principalmente para a formação de força de trabalho. Assim, instituíram o Programa de Colonização Oficial através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (PONTE, 2014, p. 75)

Para o incentivo de investimento o Estado criou condições políticas e econômicas para que os investimentos nacionais e internacionais contassem com o apoio dos incentivos fiscais com juros baixos fornecendo ao capital as condições diretas para a apropriação privada de terras. O território amazônico que historicamente, já havia passado pela sombra da concentração de terras e a violência do latifúndio, passava a ter essa situação pela luta do território muito mais acentuada. A região passa a ser submetida com maior intensidade como uma mercadoria no âmbito da valorização de terras diante da disputa intercapitalista.

Nesse contexto, nos demonstra Moreira (2007, p. 42) que os investimentos em transportes, estradas, infra estrutura em geral “podem significar ganhos relativos dos proprietários no contexto da disputa intercapitalista [...] a história da política brasileira é farta de disputas entre frações de suas elites agrárias pelo direcionamento dos investimentos públicos que possam se rebater na valorização de suas terras”.

Nesta realidade, a natureza e o camponês da floresta, são vistos como obstáculos aos planos do governo de desenvolver industrialmente e economicamente o país. Nesse momento da história da expansão do capital na Amazônia o que se tem é uma desvalorização da formação territorial da região e de todas as relações que estão inseridas nela e que não seguem a lógica expansionista e gananciosa do modelo capitalista. No processo de reestruturação do capital, o discurso de sustentabilidade fará o contrário dentro de seu discurso de valorização do território como veremos mais posteriormente.

Enquanto novo elemento de gestão territorial, em sua prática dentro do território Amazônico, a prática da Economia Verde negará, mais uma vez, as inter-relações das partes com o todo e toda a complexidade existente no processo de construção do espaço-território. Cabe então aos sujeitos históricos recriar o histórico processo de luta pelo direito a permanência e vivência nesta diante dos novos modelos de expansão do capitalismo, que apesar da nova roupagem, possui as mesmas características estruturais ao qual os povos enfrentaram em décadas passadas.

5 O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA DOS POVOS DO ACRE PELO DIREITO A TERRA FRENTE A EXPANSÃO DA DINÂMICA CAPITALISTA

Em todo seu desenvolvimento histórico, o Acre possui um *background* que tem em grande parte do processo de formação e organização territorial baseado nos conflitos pela terra diante da expansão do modelo de exploração colonizador ao qual todo continente latino americano esteve exposto como já dito anteriormente.

O processo de formação do território acreano teve como um de seus principais precedentes a ocupação dos vales dos rios para intensificar e encontrar novas áreas de exploração da borracha, matéria – prima que teve sua grande ascensão no mercado internacional no século XIX sempre ligados diretamente as ações do mercado internacional com articulação estatal.

A partir dos interesses econômicos que o território acriano recebeu ordens para ser “ocupado”, especialmente em meados de 1850. Todavia, o movimento de ocupação do território só passa a ser consolidado por meio do incentivo direto do Estado aos movimentos migratórios da mão de obra nordestina durante os períodos do ciclo de extração da borracha devido ao processo de expansão das indústrias na Europa e Estados Unidos onde de acordo com o aumento do uso industrial da borracha, a Amazônia no século XIX já era a maior produtora mundial de borracha levando a consequente incorporação de mais território para garantir a produtividade.

A Amazônia acreana tem como uma de suas bases constituintes o processo de mobilidade ao qual o capital e o trabalho estavam submetidos dentro dos diferentes momentos de exploração da região e dos sujeitos que estiveram presentes em seu processo de formação territorial e identitário. Diante dos diferentes momentos de formação socioespacial causado, especialmente, pelos movimentos pioneiros de exploração em favor do modelo capitalista, onde a terra era vista como desocupada, sem considerar seus povos tradicionais, o território é construído a partir de uma dinâmica de intensos conflitos que são protagonizados pela posição das classes sociais que dentro de seu antagonismo se confrontavam e se confrontam até os dias de hoje, seguindo as dinâmicas políticas e econômicas de seu desenvolvimento histórico.

Dessa forma, não diferente da região amazônica como um todo como afirma Becker (2004, p. 23) “a ocupação da Amazônia ocorreu em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional”, o Acre também como parte do território teve sua base

de organização territorial baseada por todo processo evolutivo de economia colonial até a entrada da borracha no mercado internacional no momento da Revolução Industrial (PONTE, 2014).

As políticas de integração que foram usadas a partir do Governo Militar nos anos 1970, mantiveram o caráter de “zelo” no que diz respeito as fronteiras territoriais como forma de manter o plano de integração da região amazônica com o objetivo de manutenção do processo de acumulação capitalista. No entanto, esse período foi marcado não somente pelo processo de exploração da mão de obra camponesa e dos bens naturais para o mercado internacional, mas também, por uma resistência no territorial e cultural que levou o estado do Acre a ser conhecido a nível internacional pela sua luta pela terra e preservação da sua dinâmica de vida e produção.

Para o Governo Militar, seria a partir da desarticulação do modelo extrativista e incentivos fiscais seguindo um processo de possibilidades de injeção de capital produtivo e de projetos de infraestrutura que o atraso da economia na região Amazônica seria superado. Nesse período, o lema do governo estadual, com Wanderley Dantas, para atrair investimentos era: “PRODUZIR NO ACRE, INVESTIR NO ACRE, EXPORTAR PELO PACÍFICO”.

Como por exemplo, é visto em um artigo na edição do Jornal “O Acre” de outubro de 1972 intitulado “Investidores no Acre” (Fig 3) , tratando da visita de empresários do Sudeste e Centro Oeste do Brasil “entusiasmados” para investir no Acre, usando os portos peruanos enquanto ponto para escoação da produção, de forma a apoiar o processo de integração do Acre com o resto do Brasil.

Figura 1 – Jornal “O Acre” – 21 de Outubro de 1972



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A grande procura por terra na região do Estado do Acre, especialmente por paulistas nos primeiros anos dos anos de 1970 contaram com uma série de fatores que contribuíram diretamente para que a região despertasse interesse. Entre eles, um dos principais, se não o principal, como forma de atrair investimentos nacionais e internacionais teve como base as ações de isenção fiscal por parte do governo pelo PVEA (Plano de Valorização Econômica da Amazônia)²⁰ (Duarte, 1986) colocando o Acre, com um grande potencial no processo de expansão agrícola nas políticas integracionistas.

²⁰ Com o fim da II Guerra Mundial e o retorno da borracha asiática para o mercado internacional, a região amazônica corria o risco de ficar com a economia estagnada como aconteceu anos anteriores com o fim do primeiro ciclo da borracha. Dessa forma, surge a necessidade de um plano a longo prazo para preservar o desenvolvimento regional e é formalizada na Constituição de 1946. Seis anos depois, em 11 de fevereiro de 1953 o Artigo 199 foi aprovado tendo em seu Artigo 1 a criação de um Plano de Desenvolvimento Econômico para Amazônia. (PONTE, 2014).

5. 1 A construção de um território à serviço dos interesses do capital: a violação histórica territorial e a construção da resistência

O Acre, ainda em meados do século XIX, não era considerada uma região pertencente ao Brasil, somente com a elaboração do Tratado de Petrópolis em 1903 entre Bolívia e Brasil que então território passa a ser soberano ao espaço brasileiro²¹. Não ser anexada ao Brasil não significa que o território já não estivesse constituído, em especial, por comunidades indígenas.

Mas é com o processo de atração de mão de obra no cenário de aumento da demanda de mercado pelo látex, que o Acre passa a ser palco de um movimento migratório significativo de grupos provenientes do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, em busca do chamado “ouro branco” da Amazônia. Concomitante com o novo processo de territorialização que se forjava no espaço, trazia em si novas “relações de poder que denotam conflitualidades” (WHITACKER, p. 170).

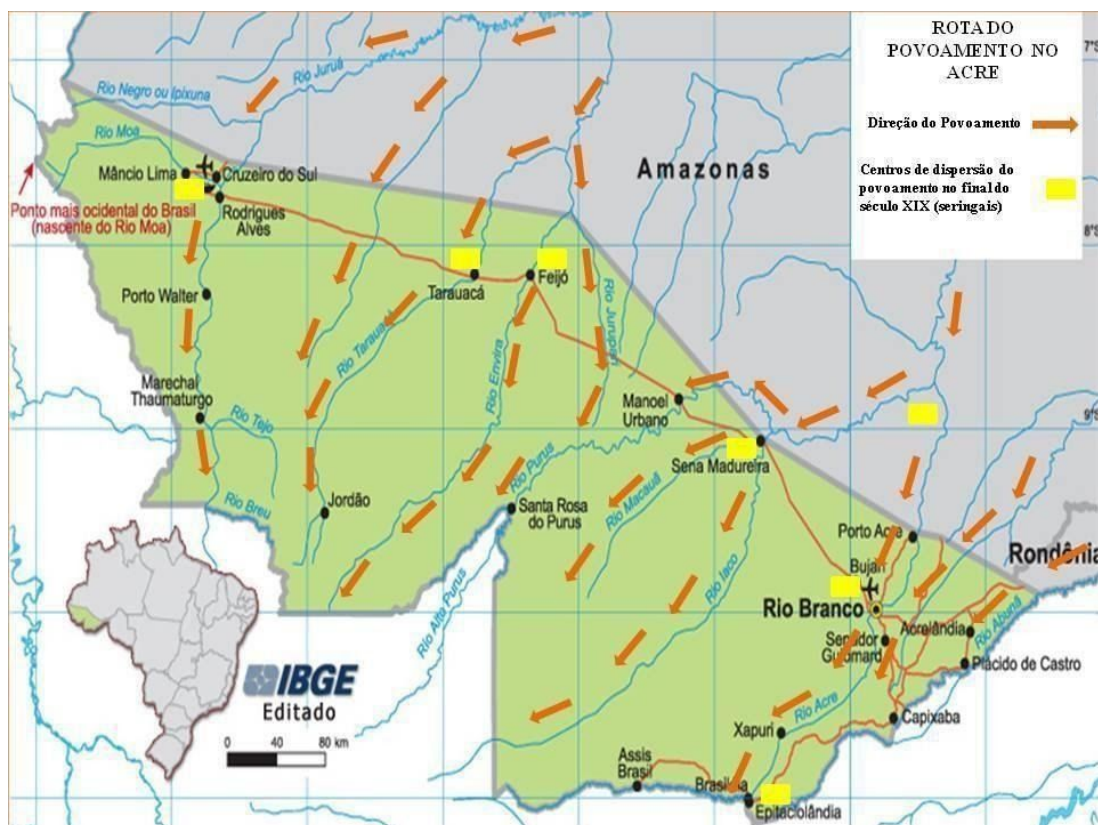
A partir destas, são geradas novas formas de organização do espaço, resultante das novas formas de “territorialidades de dominação” (FERNANDES, 2009, p. 87) que tinham em sua essência o processo de territorialização intensa do modelo capitalista de produção do território a partir da valorização da terra enquanto elemento de mercado e dos camponeses e indígenas como obstáculos a serem superados.

No âmbito da produção do espaço regional, a Amazônia acreana pode ser vista como uma das áreas em que os processos de ocupação estiveram ligados à necessidade de um produto específico no mercado internacional [...] fez do Acre e áreas circunvizinhas, a região mais atrativas às empresas extrativistas que vinham em busca da preciosa matéria-prima. (SILVA, 2011, p. 41)

Uma nova forma de ocupação passava a ser estruturada no território, uma ocupação “sob a égide do capitalismo, quando o capital industrial já exercia o seu domínio a nível internacional” lavando a instalação de novas relações econômicas, sociais e políticas. (DUARTE, 1987, p. 13).

²¹ Vale ressaltar que a anexação do Acre para o território nacional foi feita por meio da luta organizada de seringueiros que resistiram pelo direito de posse da terra para produzir e se reproduzir enquanto sujeito social.

Figura 2 – A rota de ocupação do Acre



Fonte: IBGE, 2015. Adaptado por Souza, 2016.

Em um cenário de controle do território pelo capital, a mão de obra explorada vive um cenário de dependência e de violação de direitos que, posteriormente, vai construir uma forte ação de resistência contra o latifúndio que foi sendo estabelecido na região pelo processo de concentração de terras.

Nesse momento, a relação de troca entre seringueiros e os seringalistas²² era baseada no sistema de aviação que financiado pelo monopólio internacional, onde a produção do látex era trocada por insumos, sem qualquer relação monetária, estabelecendo uma relação de controle do seringueiro que com o passar do tempo somente aumentava a sua dívida, uma vez que não lhes era permitido a produção para criar e manter um meio de reprodução para subsistência, sempre sob uma relação de subalternidade.

Tal mecanismo constituía-se em relações representativas de controle e dominação do seringueiro, nas quais correspondem às fissuras do sistema

²² Também conhecidos como “Coronéis do Barranco” ou “Patrões” eram as figuras responsáveis por garantir a mediação entre o seringueiro e o aviador (comprador do produto internamente).

metabólico onde o trabalhador estava submetido a consumir e a seguir normas que lhe eram impostas, e a não ter acesso à natureza, ou à terra e à água, como alternativa de autossustento. Podemos compreender neste tipo de relação os processos contraditórios e combinados imanentes ao sistema metabólico do capital, havendo nesta rede relações de trabalho não capitalistas para que assim pudessem garantir a reprodução do capital internacional através do abastecimento da matéria-prima (borracha) para o desenvolvimento das indústrias europeias. (PONTE, 2014, p. 50).

O movimento das empresas extrativistas se deu as custas da expropriação e muito sangue dos povos nativos uma vez que demonstrassem resistência a implantação das empresas, onde estas, pressionadas pela demanda de produção em alto escala, exterminaram diversas nações indígenas e quando não, tornava povos indígenas como mão de obra barata para extração do látex o que resultava em um assassinato da cultura indígena do território e posteriormente a destruição da cultura camponesa da floresta.

Apesar do crescimento da economia extrativista, o “sucesso” da produção se efetivava no mercado internacional de forma que a teoria da dependência, ao qual trabalhamos anteriormente, também se materializava na relação de controle do mercado internacional sob a forma com que se seguiria a dinâmica da produção de acordo com as flutuações da economia internacional, especialmente dos EUA e Europa.

Prova dessa dependência é a queda do primeiro ciclo da borracha com o início da produção em grande escala e menor preço na Ásia. Nesse sentido, “o Acre, que tinha sua economia baseada no monoextrativismo gomífero, sofreu drasticamente com a crise da borracha” (DUARTE, 1987, p. 24), colocando em crise, conseqüentemente, sua já pouca soberania e controle sob o território devido ao modelo de ocupação da Amazônia feito, diretamente, “em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência” (BECKER, 2004, p. 71)

Com uma série de seringais abandonados pelos grandes seringalistas, os seringueiros não tinham condições de voltar para suas regiões de origem, começaram a diversificar a atividade de produção tendo como objetivo principal a sobrevivência no território por meio da extração e caça criando sua independência dos seringalistas e enriquecendo a construção de sua vivência social e identitária no território da Amazônia acreana a partir da concretização de sua autonomia de produção e reprodução do espaço.

O primeiro auge da borracha na Amazônia, ocorrido no final do século XIX e início do século XX, representou um modelo econômico, político e social que não privilegiou o desenvolvimento da região e de sua população. Primeiro, porque os recursos econômicos vindos da extração do látex

acabaram não sendo utilizados para o desenvolvimento da região, pois foram drenados para o Centro-Sul do país; segundo, que era um produto destinado exclusivamente para a exportação, com vista a suprir a demanda industrial internacional; e, terceiro a organização do espaço amazônico era comandada por poucas firmas estrangeiras, sendo assim, quando houve a queda da produção, o capital estrangeiro também migrou. (PONTE, 2014, p. 51).

O segundo ciclo da borracha se dá na Segunda Guerra mundial devido a proibição japonesa de ter acesso a produção asiática, a região retomava seu posto de principal fornecedor de borracha para o mercado internacional, sob intenso processo de desenvolvimento capitalista. Na região, uma nova onda de ocupação era articulada entre os poderes de Governo.

Esse processo, nos demonstra Duarte (1987) foi feito por meio de um processo de reorganização do território para retomar a dinâmica de produção guiada, principalmente, pelos EUA que firmou acordos²³ com o Brasil com objetivo de reestruturar o novo ciclo da borracha para atender, também, as demandas industriais internacionais.

Concomitante com o processo de construção da autonomia do seringueiro, o território inicia um curso baseado na modernização capitalista tendo como base os incentivos do Governo Militar para ocupação de áreas, consideradas vazias que passaram a ser intensamente mercadoria de disputa entre as classes dominantes em busca de rápidos lucros diante da rápida expansão.

A mais importante legislação dessa época foi sem dúvida o Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que estabeleceu o Programa de Integração Nacional (PIN). De acordo com essa lei, o Governo Federal Cr\$ 2bilhões, no período 1971/74, para financiar uma rodovia leste-oeste ligando a Amazônia ao Nordeste (a Transamazônica, ou BR-230), uma rodovia norte- sul ligando- a ao Centro-Sul (a Santarém – Cuiabá, ou BR-165) e um plano de irrigação para o Nordeste. Foram cogitadas várias fontes potenciais de receita para financiar o PIN, embora a mais importante devesse ser uma parcela, de 30% dos fundos de incentivo fiscal. (MAHAR, 1978, p. 31).

Era necessária uma nova onda de mão de obra, dessa forma, é fomentado o movimento migratório para região, principalmente vindo da região Nordeste, com intensa seca, que chegavam a região amazônica com a promessa de direito a terra. Esse cenário histórico ficou conhecido como a Batalha da Borracha, em que o contingente de mão de obra ficou conhecido como Soldados da Borracha, além dos seringueiros que permaneceram na terra

²³ Acordos de Washington (1942).

após o fim do ciclo e construíram seu meio de produção autônomo, sem relações de subalternidade com seringalistas.

No entanto, com o desenvolvimento da indústria nacional, resultante da política de substituição de importação e da articulação com o capital internacional, os sujeitos da floresta passaram a sofrer com o controle exercido em seu território por parte das forças capitalistas colocando em risco seu trabalho e a autonomia de vida criando, em resposta, um cenário de reecriação do cenário de conflitos entre o grande capital e camponeses da floresta frente ao embate entre a nova forma de controle do território que lhes foi imposto.

Concomitante com as ações do PIN tratando do processo de redistribuição de terras como uma forma de amenizar os conflitos a partir das políticas de assentamento onde estas se voltavam “para a consumação agropastorial e agrícola da terra, negando assim o uso agroextrativista pré-existente” (SILVA, 2011).

A grande corrida pelas terras do Acre se deu na gestão do Governador Wanderley Dantas. Em seu governo foi feita uma intensa campanha publicitária, principalmente no Sul e Sudeste do país, visando divulgar as potencialidades das terras acreanas, as facilidades de aquisição e as vantagens de se investir no Acre. Esta campanha constituiu, portanto, um fator importante de atração dos paulistas para o Acre. (DUARTE, 1987, p. 99).

Com tais estímulos, a apropriação de terras não ficava restrita somente aos grupos do sul de médios e grandes fazendeiros, mas contavam com a participação de grandes grupos da economia. Havia uma parcela deste grupo que possuía como objetivo a produção na terra adquirida, no entanto, o que de fato predominou de forma significativa foi a especulação de terras ao qual pode ser considerado outro fator chave para atração de tantos compradores de fora, uma vez que a necessidade de permanecer em uma região tão remota, era quase que desnecessário, havendo a necessidade somente de manter alguns subordinados, conhecidos como jagunços, para que tivessem o controle da região sob controle.

Na frente pioneira agropecuária, que passava a incorporar o território regional, a partir de então, ocorria uma (re)territorialização do capital, na qual mudaram apenas os mandatários. Introduziram-se novos sujeitos sociais e econômicos (investidores/especuladores e camponeses em atividades agropecuárias do Centro-Sul) e novos padrões na reprodução de espaço agrário (baseados em atividades agrícolas e pecuárias). Estes por sua vez viriam sobrepor o espaço produzido na frente pioneira extrativista economicamente decadente, na qual se produziu o trabalhador tradicional da floresta – os seringueiros. Somente quando essas ‘novas forças’ da rearticulação econômica e territorial do capitalismo na Amazônia acreana ameaçam os trabalhadores florestais, é que se manifestaram as condições

objetivas para uma reação coletiva como um *campesinato da floresta*. (SILVA, 2011, p. 115, grifo do autor).

Silva (1990) ao analisar a dinâmica especulativa ao qual as terras acrianas estavam sendo inseridas demonstra que tal modelo, dentro da região, foi marcado por uma série de ações ilegais, como de desvio de recursos públicos e falsificação de documentos.

Da simples compra de terras mantida como reserva de valor, à espera da valorização que a inflação alimenta, passando pela aquisição de grandes áreas posteriormente retalhadas e revendidas com lucros astronômicos, pela falsificação de documentos de propriedade pelo desvio de recursos obtidos através de programas especiais, onde a terra é dada como garantida, etc. (SILVA, 1990, p. 46).

As políticas de extensão da fronteira pelos planos de desenvolvimento regional, citadas anteriormente, ao qual a região do Acre foi inserida modificou toda sua estrutura agrária, onde a terra se transformou em um mero elemento de especulação. A partir dessa nova estrutura territorial “as terras que outrora pertenciam aos povos tradicionais da floresta, passaram a fazer parte do patrimônio dos compradores ‘paulistas’, assumindo uma nova dimensão, usadas essencialmente como reserva de valor” (SOUZA, 2016, p. 105)

A constituição e concretização do modelo latifundiário na década de 1970 no Estado do Acre pode ser comprovada na afirmação feita pelo ex-Governador Geraldo Mesquita que afirmou na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados que da área de seringais de 4.290.930 ha em que 32% dessa área estava sob a compra de somente 4 proprietários (DUARTE, 1987).

Dentre os fatores que mais causaram no Acre uma série de conflitos que vieram futuramente, foram causados do sistemático e intenso processo de desmatamento com a autorização do Estado na intenção de não só introduzir a atividade agropecuária mas, muitas vezes apenas como meio de expulsão dos seringueiros com o objetivo de “limpeza da área” para facilitação da venda acumulação do lucro, fazendo da concentração fundiária, já uma característica histórica da região do Acre, torna-se a ser muito mais agravante.

Tabela 1 - Número de bovinos no Acre entre os anos de 1975 até 1995

1975	120.143 mil cabeças
1980	292.190 mil cabeças
1985	334.336 mil cabeças
1995-1996	847.208 mil cabeças

Fonte: IBGE, 2017

Vale ressaltar que uma parcela significativa do processo de acesso e compra de terras ao qual os grandes grupos econômicos tiveram acesso, faziam parte de um grande esquema de grilagem de terra, alimentando um modelo de fraude de venda de terras ilegal, causando uma série de prejuízos para o Estado, continua Duarte (1987).

O esquema de venda ilegal de terras por meio da grilagem custou caro para o meio de vida das famílias seringueiras. A expulsão das famílias colocou em conflito todo o processo de subsistência ao qual a floresta tinha como papel principal uma vez que com a inserção da atividade agropecuária floresta preservada passava a ter como paisagem as pastagens. Além disso, com o processo de expulsão das famílias tradicionais, o processo de enchimento dos centros mais urbanizados.

Nesse sentido, verifica-se uma geopolítica que exerce controle sobre as decisões territoriais por pressões externas, influenciando diretamente nas decisões do Estado, este não mais a única fonte de poder ou representação política dentro do modelo neoliberal.

Todavia, diante da nova forma de controle do território, forja-se o sujeito criado a partir da construção de sua própria subsistência e autonomia, enquanto fator fundamental para instensificação do poder de reivindicação e organização desses sujeitos no âmbito político, diante dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), e um desaparecimento da figura do seringalista enquanto controlador da produção e da venda da produção dos sujeitos seringueiros. A partir de então, o Acre verá emergir por toda parte aqueles que souberam conviver com a floresta, praticando, ao mesmo tempo, a agricultura, a coleta, a pesca, a caça. Aqueles que promoveram o uso múltiplo dos recursos naturais e que forjaram uma territorialidade que surdamente foi se afirmando e consolidando (GONÇALVES, 2003, p. 325).

Se durante os períodos de ouro da borracha, a Amazônia Acreana se mostrou de extrema utilidade para atender os interesses do capital, e garantir a dependência do trabalhador pelo sistema de produção, com as novas políticas de integração nacional, que tinham como base financiamentos internacionais, o espaço amazônico passa a ser organizado, novamente, para atender os interesses do capital, mas agora com uma roupagem de desmatamento para valorização da extensão de terras com a expansão do modelo agrícola pela intervenção estatal que resultou em uma luta histórica no âmbito da luta pela terra, não somente no cenário nacional, mas internacional, demonstrando as formas de controle do território pelo capital e a resistência dos camponeses da floresta diante do processo de (re)territorialização do capital na região.

Com as políticas de incentivo do Governo Federal, a expansão de atividades da

atividade agropecuária ganhou incentivo direto do Governo do Acre enquanto elemento fundamental para alcance da integração territorial, para garantia da segurança, e reinserção no mercado internacional diante da globalização da economia em meio a crise estrutural do capital.

Para os seringueiros, durante os longos períodos de construção do conhecimento do processo de extração do látex, os levou também ao desenvolvimento do conhecimento referente a toda natureza de todo o território da Amazônia Acreana. Uma vez ameaçados pela expansão catastrófica da atividade pecuária, a luta contra o processo de desterritorialização ao qual estavam ameaçados, forjaram sujeitos políticos que a partir da organização coletiva em nome da luta e resistência contra o modelo de desenvolvimento imposto na região recriando uma relação de territorialidade oligárquica, imposta pelos seringalistas, anteriormente.

Diferente do processo organizativo de resistência em outros países do Primeiro Mundo, para além do caráter ecologista, os processos organizativos de resistência em países do Terceiro Mundo está relacionado diretamente a luta pela sobrevivência, ou seja, própria estrutura de vida é o objetivo da luta, e o aspecto ecológico ocorre enquanto um resultado, analisa (PONTE, 2014).

O violento processo de expulsão dos seringueiros diante da intensificação da concentração fundiária, em seu princípio, contou com uma reação dos trabalhadores, estes ainda sem estarem politicamente organizados, acabaram por aceitar a situação de expropriação ao qual foram submetidos. Todavia, nesse momento, ações individuais, localizadas e espontâneas de resistência foram se forjando no território, em alguns casos, os seringueiros permaneciam na terra apesar das ameaças.

Diante da ofensiva dos grandes fazendeiros, o fortalecimento dos trabalhadores é orientado a partir da Teologia da Libertação, com o apoio de formação e organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) forjando sujeitos preparados para questionar o modelo de desenvolvimento e enfrentar as figuras locais de manutenção deste. Esse processo de conscientização política resultou na organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais como forma de atender as demandas particulares dos conflitos vividos pelos seringueiros.

No âmbito da intensificação dos conflitos, também se fortifica o poder de organização dos seringueiros enquanto classe no embate contra a classe latifundiária da região. A luta, portanto, deixou de ser particular de cada região ou sindicato específico, passando a ser articulada com todo o coletivo de seringueiros de outros sindicatos, como analisa Ponte (2014,

p. 108) ao afirmar que “somente a partir da articulação com os sindicatos, que o seringueiro passa a ter uma vinculação ao conjunto, o que possibilitou aspirar questões mais amplas que envolvem a coletividade.

Por meio da privatização dos seringais agora sob o poder de grandes fazendeiros colocava em cheque a territorialização camponesa já constituída ao longo do processo inicial de exploração da região que, após a crise da borracha, passou a se reafirmar por meio das unidades de produção familiar.

Por outro lado, como visto no tópico anterior, a submissão dos povos não se deu em toda sua totalidade, considerando as resistências que alcançam o território diante do crescimento dos conflitos pela terra ao qual já neste momento, trata-se também de uma luta contra às demandas exógenas provenientes dos grandes financiadores internacionais.

O modelo capitalista em conjunto com a articulação do Estado para implantação das políticas de integração nacional que, em sua essência, defendiam a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento como meio de garantir a segurança nacional do território indo contra a defesa das florestas por parte dos seringueiros que defendiam o uso dos bens como meio de reprodução saudável sem intensificar o processo destrutivo do modelo adotado pelo Estado.

Na Comissão Parlamentar de Inquerito (CPI) do Sistema Fundiário, realizada em 1979, Dom Moacir Grechi, um dos principais defensores dos povos da floresta e crítico das ações de devastação da natureza no Acre, declarou:

- a) – Não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados;
- b) – Destruição de plantações, invasão de posses derrubadas até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem ou quase sem terra para trabalhar;
- c) – Compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca de uma área muito inferior ao módulo, que não permitirá ao posseiro e família trabalhar e progredir;
- d) – Atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo com espancamentos e outras violências;
- e) – Ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários; prisões de posseiros por questões de terras sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenham sido movida a ação competente. (DUARTE, 1987, p. 112).

Silva (2011, p. 99) ao afirmar que o campesinato não deve ser considerado apenas como uma relíquia no processo de análise do desenvolvimento histórico, “mas sim de um

segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos”. Portanto, não apenas figuras de análise, mas sim enquanto sujeitos que a partir da relação com a natureza, organizaram-se de forma independente pela identidade construída a partir desta relação de troca não capitalista, mas de sobrevivência com elementos particulares.

Ao tomar sua forma, a coletividade dos seringueiros enquanto objetivo a legitimação de seu domínio sobre o território e identidade como fundamentais para resistir ao modelo violento de expropriação e roubo de terras que estavam sendo submetidos e a consequente devastação da natureza.

A luta histórica dos seringueiros compreende várias dimensões que são complementares e estão presente em seu processo de luta e de resistência, pois a floresta e a terra são elementos primordiais para garantir sua sobrevivência econômica e política. É na floresta que se encontram as atividades extrativistas, por conseguinte, a base de sobrevivência dos seringueiros; como também é através da vivência na floresta que ocorre a sua construção enquanto ser político, como identidade de extrativista e capaz de organizar na luta por seus direitos. (PONTE, 2014, p. 101).

Um dos métodos historicamente mais conhecido, foram os “empates”, método de resistência pacífica consistido em um grande abraço em conjunto formando uma corrente humana ao redor de uma árvore como forma de impedir o avanço do maquinário de corte. A partir desse momento, os pecuaristas em suas tentativas de derrubar seringueiras e castanheiras encontravam os seringueiros, agora já organizados por meio do sindicato aumentando seus poderes de reivindicação.

Historicamente, um dos sindicatos que mais ganharam destaque no processo organizativo da resistência tinha como núcleo principal o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR) passou a defender a natureza como um bem humanitário e público que não deveria atender diretamente aos interesses imediatos do capital privado, especialmente do mercado internacional. A dinâmica usada a partir desse momento, é o processo de apropriação privada por parte dos grandes fazendeiros dos antigos seringais que passam a reestruturar no território um caráter que é guiado por meio dos grandes projetos agrícolas incentivados diretamente pelos planos de governos como já demonstrado anteriormente.

Figura 3 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – Anos 1980



Fonte: Memorial Chico Mendes

Figura 4 – Chico Mendes, então presidente do STR, visita comunidades



Fonte: Memorial Chico Mendes

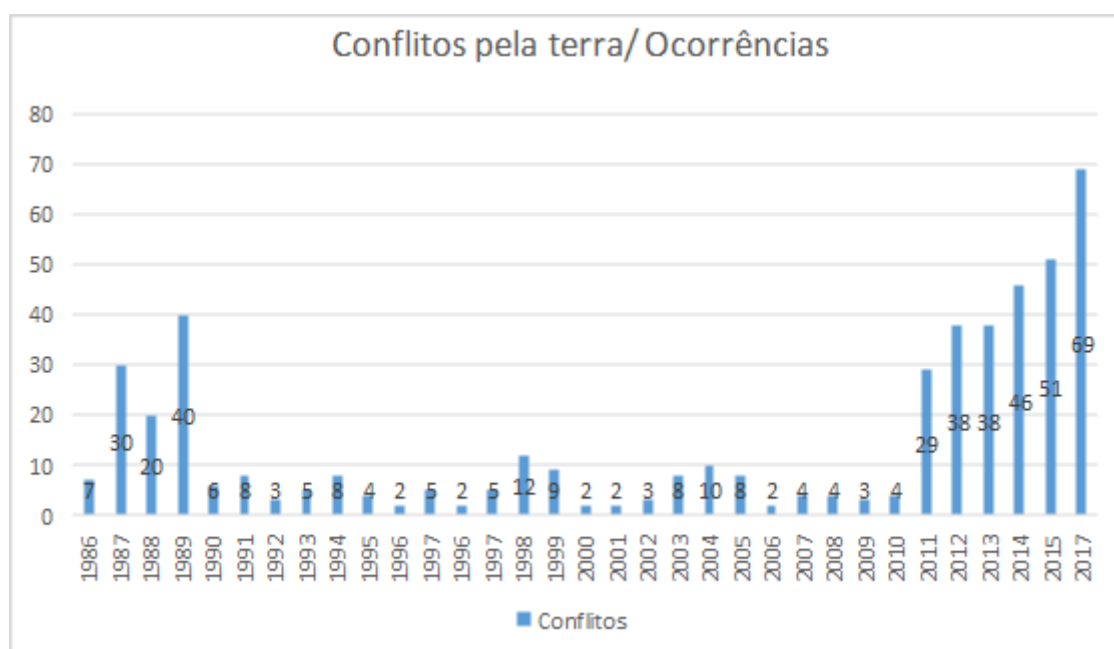
Espaços como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) reafirmava-se enquanto elemento fundamental para ações de resistência e processos de formação dos sujeitos políticos da floresta concomitante com o apoio da Comissão Pastoral da Terra que passa a fornecer seu apoio e traz um levantamento histórico do processo de luta pela terra no Acre e as violências resultantes deste.

Ao final dos anos 1990, já com a morte de líderes dos Sindicatos, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, o processo organizativo dos camponeses passou a sofrer um processo de desarticulação interna e externa, comandando, em grande parte, pelo desenvolver de ações de cooptação por parte do Governo.

Uma vez cooptadas possíveis lideranças dentro dos sindicatos, o processo de mobilização se enfraquecia, e a luta deixava de ser efetivada. A entrada do Governo da Frente Popular, com um discurso de valorização da luta histórica dos seringueiros concomitante com a articulação dos projetos de sustentabilidade, não garantiram dentro do território o fim ou a luta contra o latifúndio, como demonstra os números (Gráfico 1).

Segundo os dados do livro de Conflitos no Campo da CPT, desde os anos 1970, o Acre apresenta um cenário crescente de conflitos no campo demonstrando a contradição no discurso da sustentabilidade de que a valorização dos povos e de sua cultura é um elemento fundamental, não produz uma diminuição dos conflitos, mas apenas um aumento destes, mas com diferentes formatos.

Gráfico 1– Dados dos Conflitos pela Terra no Estado do Acre (1986 a 2017)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

A inserção de políticas de caráter sustentável no território demonstram sua fragilidade ou simples falta de real intencionalidade quando relacionada aos números de conflitos e aumento de criação de pasto na região do Acre, expondo a contradição existente entre discurso e prática.

Como desmonstrado acima, desde de 2011, segundo os dados da CPT, houve apenas um aumento do número de conflitos no território acriano, onde encontra-se com 50% de todos seus municípios com algum tipo de conflito pela terra, segundo a Comissão. Como explicação, podemos analisar o número do último Censo Agropecuário no âmbito da criação de bovinos, a principal atividade de grande latifúndio acreano contando com 1.736.100 milhões de cabeças em 2006 e dando o salto para 2.139.975 milhões de cabeças em 2017.

A inserção do discurso de sustentabilidade no processo de gestão do território entra em um cenário de manutenção da estrutura fundiária desigual ao mesmo tempo que a partir das articulações políticas e econômicas, encontra estratégias de garantir a manutenção de tal estrutura, ao mesmo tempo que legitima um processo de violência territorial contra os camponeses da floresta em nome de uma falsa manutenção dos bens comuns.

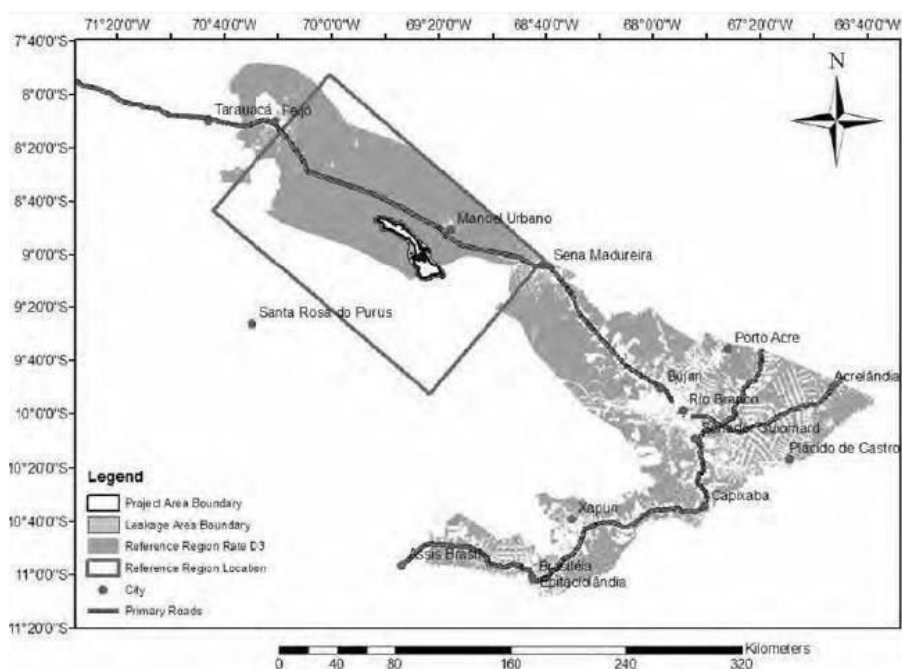
6 O PROJETO PURUS E A COMUNIDADE SERINGAL ITATINGA: UMA LUTA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

Neste capítulo, o foco encontra-se nos relatos das entrevistas que foram feitas pelos moradores da comunidade, CPT, STR de Manoel Urbano como principais atores desse processo conflituoso que foi estabelecido na região.

Em seu movimento de construção territorial o governo do Acre criou uma particularidade de aparatos para favorecer grandes proprietários de terra, em que tais favorecimentos para a privatização da terra e da manutenção da terra na mãos da elite latifundiária, por diferentes objetivos em diferentes momentos da história da luta pela terra, mas todos com o objetivo de atingir o acúmulo máximo e reprodução do capital. Porto-Gonçalves (2004, p. 79) afirma que “os anos recentes demonstram que o Estado vem se tornando mínimo para questões sociais, mas cada vez mais afinado com os interesses do capital, sobretudo do grande capital”.

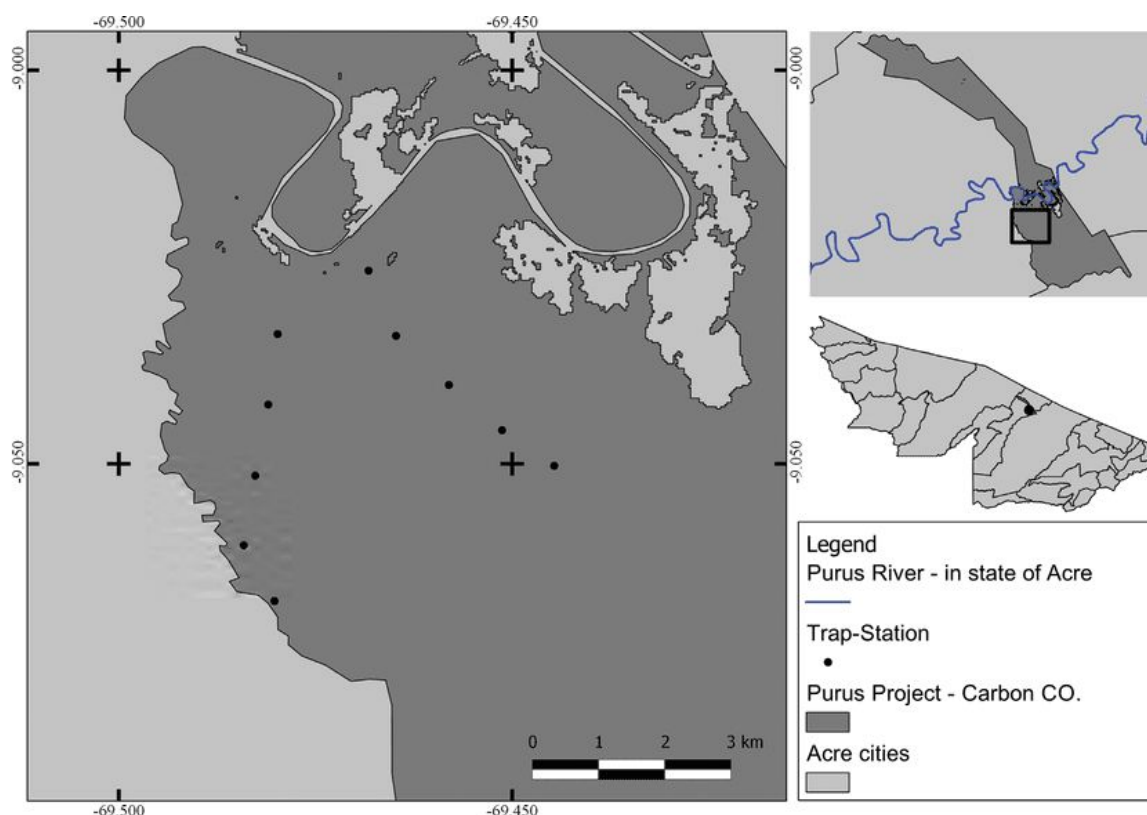
A consolidação do novo modelo de concentração fundiária e acumulação capitalista por meio da mercantilização da natureza é consolidado em junho de 2012 com o “Projeto Purus – Um projeto de Conservação da Floresta Tropical em Acre, Brasil” protocolado pelo Instituto de Mudança Climática (IMC) com o intuito de controlar 34.702 hectares de propriedade privada no Acre.

Mapa 1– Projeto Purus



Fonte: Projeto Purus, 2010

Mapa 2 – Localização do Projeto Purus em relação ao Rio Purus



Fonte: CarbonoCo, LLC

O projeto Purus conta com três principais proponentes: CarbonCo, LLC (CarbonCo); Freitas Group International, LLC (Freitas Grupo internacional ou Carbon Securities) e Moura e Rosa Empreendimentos Imobiliários LTDA (Moura & Rosa ou M&R), este último é conhecido historicamente no Estado pela concentração de terras que a família desenvolveu ao longo dos anos.

O projeto data de 23 de maio de 2011 e possui duração de 60 anos e foi validado com sucesso por SCS (Global Services para o Verified Carbon Standard) e para o Clima, Comunidade e Biodiversidade Padrão (CCBS) em janeiro de 2013. Foi inicialmente verificado em dezembro de 2013 pela Environmental Services, Inc. e pela segunda vez em 2014.

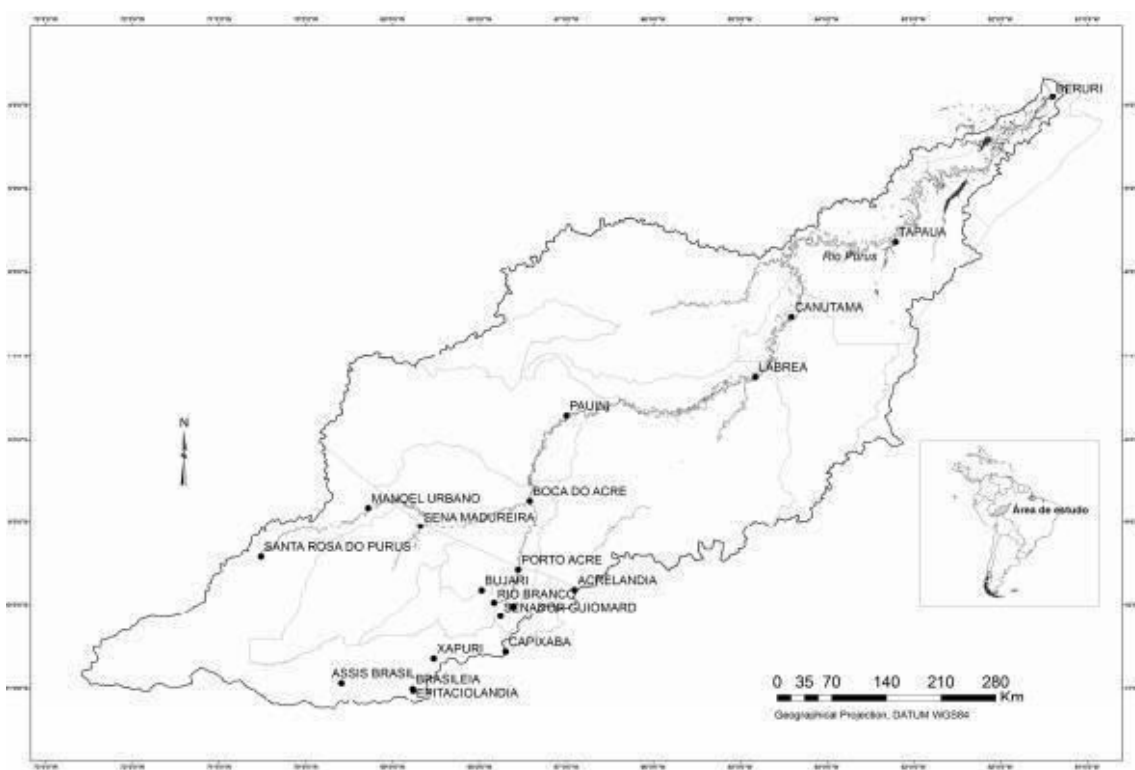
Tabela 2 – Instituições principais envolvidas no Projeto Purus

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Governo da Alemanha por meio da KfW e GIZ	Financiamento
CarbonCo, LLC	É subsidiária da Carbonfund, responsável pelo financiamento. É o proponente do projeto e responsável pela sua elaboração, além de responsável para obtenção da certificação garantindo o financiamento inicial.
Moura e Rosa Empreendimentos Imobiliários Ltda (Moura&Rosa)	Se auto-denominam como proprietários da área e membro proponente. São responsáveis pela implementação e fiscalização das atividades do projeto. É uma empresa com sede no Brasil, criada por proprietários de terra e que é a principal responsável pela gestão do dia- a-dia do projeto.
Freitas International Group, LLC	Com representações em cinco cidades do Brasil, é uma empresa de desenvolvimento e negociação de projetos de créditos de carbono, com sede na Flórida (EUA). É a intermediadora e responsável logística do diálogo entre a empresa Moura&Rosa e CarbonCo.
Verified Carbon Standard (VCS)	Responsável pela criação de normas de validação e certificação do projetos voluntários de carbono.

Fonte:FURTADO;FAUSTINO, 2014

A Bacia do Rio Purus, segundo dados da CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), é um dos maiores afluentes do Rio Solimões, possuindo sua nascente no Peru e percorrendo no território brasileiro os estados do Acre e Amazonas, compreendendo 21 municípios, onde 13 estão no estado do Acre; entre eles Manoel Urbano.

Mapa 3 – Localização da Bacia do Rio Purus



Fonte: Martins; Waichman, 2009

O rio drena uma área de aproximadamente 376.000,00 km² onde deste total 21% se encontra no Acre. A bacia possui uma população composta, sobretudo, por ribeirinhos e indígenas que dividem a região em sedes municipais, reservas indígenas e seringais e segundo o IBGE (2010) possui uma população total de 668.236 habitantes e uma densidade média de 4.5 hab./km².

O município de Manoel Urbano, com uma distância de 244 km da capital Rio Branco, está localizado na Mesorregião do Vale do Acre e na Microrregião de Sena Madureira, composta por Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano.

Este possui, segundo dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população estimada em 7.981 habitantes em uma área da unidade territorial de

10.633, 136 km². O mesmo possui seus limites fronteiriços ao norte com o estado do Amazonas, ao sul e a leste com o município de Sena Madureira, a oeste e noroeste com o Município de Feijó e sudoeste com o Peru.

As atividades econômicas, na região urbana, têm como base pequenos comércios no município, enquanto que no campo consiste a atividade de produção para subsistência por meio das atividades extrativista, criação de pequenos animais e venda de um pequeno excedente em troca de produtos inviáveis de serem produzidos por meio da terra.

Os sujeitos camponeses, protagonistas históricos do processo de construção do território do Seringal Itatinga, possuem em suas origens os trabalhadores que “ocuparam” as terras acrianas nos períodos de auge da extração do látex e, posteriormente, nas políticas de integração nacional da Amazônia. São sujeitos que possuem em sua identidade a natureza enquanto elemento essencial de sobrevivência, vivência e construção do território e da resistência às estruturas do trabalho compulsório, formando, a partir da decadência do modelo de exploração do trabalho naquele momento, elementos para construir sua autonomia para construção de um campesinato da amazônia acriana (SILVA, 2006).

Com a falta de documentos oficiais que demonstrem uma descrição detalhada do histórico de construção deste território, fica ocultado o fato de que as famílias que formam o território possuem elementos que definem o processo histórico social da Amazônia. Com a crise da borracha, os seringueiros do Seringal Itatinga, fazem parte do grupo de trabalhadores que, uma vez deixados pelos seringalistas em crise, encontraram na terra uma nova forma de dedicar-se a autonomia e soberania de produção, a partir da caça, pesca, coleta e uma pequena produção agrícola.

Em entrevista o morador Hevea²⁴ ao falar sobre a produção do seringal afirma que “tudo que vocês comprem no mercado, a gente produz” (Entrevista com Hevea. 06/02/2019)

O Seringal Itatinga organiza-se internamente por meio das colônias (Figura. 5), estes sendo pedaços de terra fornecidos entre as famílias para que cada uma consiga desenvolver suas atividades de produção e morada. Atualmente, a divisão está em 13 colônias, retirando a chamada sede do Seringal, onde encontra-se o escritório da M&R Investimentos, dentro dessa divisão o grupo mais antigo, está na terra há 59 anos e o mais novo há 11 anos.

²⁴ Nomes simbólicos.

A região divide-se de acordo com o lado do rio, ou seja, ao lado direito do rio encontra-se o seringal Porto Central que faz parte do município de Sena Madureira e que também é afetado pelo Projeto Purus e ao lado esquerdo do rio encontra-se o Seringal Itatinga que conta com 32 propriedades que conta em média 3 famílias com o mínimo de 5 membros cada uma, que na região do Itatinga totaliza, aproximadamente, 12 famílias. Isso ocorre devido a organização social da comunidade que é baseada na vida conjunta familiar, ou seja, geralmente em uma propriedade moram 2 ou 3 gerações familiares onde todos trabalham na terra e se reproduzem a partir dela.

Historicamente, a organização do espaço do Seringal se dá por meio, no mínimo de 3 das estradas de extração somando, em média, 700 hectares e, dentro de tal dinâmica a quantidade de estradas se deu de acordo com a demanda de produção que as famílias e o resto da comunidade acreditava que era necessário para o escoamento da produção. Apesar da diminuição da atividade extrativista do látex, na comunidade essa atividade ainda permanece, em grande parte, para atender demandas da própria comunidade.

Parte dos produtos da extração vai para subsistência das famílias, outra parte é vendida para que possam ter acesso à certos mantimentos que a comunidade não possui condições de produzir (roupa, calçados, etc). Em média, moradores afirmam que 30% é para consumo e os 70% vai para as feiras e mercados. No entanto, a relação existente entre as comunidades e o mercado local, segundo relatos, é uma forma de troca que não possui como base o dinheiro. Isso porque existe um acordo entre o mercado local e os produtores que ao fornecer produtos para o mercado, o trabalhador pode comprar utensílios que necessita e que não são produzidos na comunidade.

A produção a partir de uma perspectiva geral trata-se do processo de mediante o trabalho satisfazer as condições humanas, assim analisado por Marx. Dessa forma, o trabalho e a produção vão além da energia do produtor, mas também de seu conhecimento, habilidade e propósito no processo de transformação do meio natural (BERNSTEIN, 2011).

Ao agir sobre os ambientes naturais, os produtores modificam, portanto, ao meio ao qual pertencem formando “ações que conformam seus traçados de trabalho, vida familiar e comunitária, formando ambientes de circulação e de práticas sociais mais localizadas” (SILVA, 2011, p. 87).

Os gestores do projeto no dia a dia, que diz respeito aos representantes da empresa

Moura&Rosa que, segundo os moradores, sempre foram porta vozes do Projeto Purus, entre as diversas promessas faladas e expostas no resumo do projeto (anexo.1) está a de legalização da posse das terras. Todavia, pela lei de usucapião, presente na legislação brasileira, uma vez que as famílias vivem nas terras há mais de vinte anos, seria um direito tornarem-se proprietárias delas.

No entanto, a luta pela busca desse direito, diante o enfrentamento desigual de poderes que é travada entre camponeses e grandes proprietários de terra faz com que o acesso aos direitos seja propositalmente dificultado.

Dessa forma, os sujeitos camponeses, pelo processo de recriação das novas formas de territorialização de capital no território foram submetidos aos princípios de governança e poder sob o território de forma compulsória lhes impondo um processo de transformação das dinâmicas tradicionais partindo de novas dinâmicas de controle a apropriação territorial.

Desconsiderar o território do Seringal Itatinga enquanto território concebido a partir das relações sociais e históricas, é reduzi-lo a uma concepção de território somente como um “instrumento de dominação das políticas neoliberais”, neste caso, subordinados as determinações políticas do Projeto Purus. (FERNANDES, 2008)

A coordenação do STR e o representante da comunidade, também um dos moradores atingidos, afirmam que por volta de 2009 Wanderley Rosa e Normando Salles, que se diz proprietário das terras, iniciou diálogos com os moradores de ambas as comunidades que estão presentes na região, passando para as famílias uma série de benefícios que seriam construídos na região caso o projeto fosse aceito por todos. Até nas conversas iniciais, informam os moradores, os que se dizem “donos dos seringais” informavam que um dos pontos cruciais do projeto seria a participação de toda comunidade, portanto, a implementação do dependeria da aceitação unânime de todas as famílias.

Segundo relatos de pesquisa os diálogos entre Normando Sales e as famílias eram sempre fartos de promessas para comunidade, como melhoria da escola, acesso a saúde, cursos. Todavia, tais direitos básicos que devem ser garantidos pelo Estado não podem ser usados como moeda de troca para a territorialização capitalista partindo de um projeto que nega a participação efetiva dos camponeses, a transparência e os direitos tradicionais. Quando perguntados como se deu o cenário das promessas feitas, o membro da comunidade afirma

que:

Ele disse que o projeto chegando a vida de todo mundo ia melhorar. Que as crianças iam ter uma boa escola, que a gente ia ter *postinho* de saúde, que ia ter gente pra vir dar curso pra nós de como melhorar a nossa produção e que ainda tinha a possibilidade da gente ganhar um dinheiro se seguisse o que tava no projeto. (Yara, Entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Uma declaração de maio de 2011 (fig.3) afirma que desde de 2003, supostamente, já estavam havendo diálogos referente a legalização das terras para os moradores por parte de Normando Salles, que declara-se então, como dono da propriedade.

Figura 5 – Declaração sob direito a terra

Moura & Rosa Deus é fiel
 Avenida Ceará nº364 – Sala 01 – Habitasa – Rio Branco/AC – Fone: 68-3224-3402

DECLARAÇÃO

Eu, Raimundo Nonato de Oliveira, abaixo assinado, brasileiro, casado, (☒) agricultor, (☐) pecuarista, residente no Seringal (☐) Porto Central (☒) Itatinga, situado no Rio Purus, Município de Manoel Urbano/AC, portador da cédula de identidade nº _____ SSP/AC e do CPF nº _____, declaro, a quem interessar possa e sob as penas da lei, que: 1) o Dr. Wanderley Cesário Rosa, desde o ano de 2003, faz visita a este Seringal; 2) sempre pediu para os moradores ajudar a tomar conta do local; 3) vai regularizar a posse de cada um dos moradores; 4) está desenvolvendo um projeto para o local e que vai necessitar do trabalho de todos os moradores que quiserem trabalhar; 5) sempre pediu para não desmatar mais, além do que já foi desmatado; 6) disse que não quer que vendam madeira do seringal; 7) sempre pediu para nós termos paciência porque na hora que começar a implantar o projeto, vai haver melhorias para todos moradores: como emprego fixo, ajuda de custo, ajuda para construção de casa nova, escola nova, posto de saúde e assistência para escoar a produção, etc.

Por ser a real expressão da verdade, assino esta declaração, juntamente com as duas testemunhas abaixo e na esperança de que ele cumpra tudo o que nos tem dito.

Manoel Urbano, 23 de maio de 2011.


 Declarante

Testemunhas:

1) Assin.: Adriano Nonato da Silva
 Nome: _____

2) Assin.: Felipe Manna Salles
 Nome: CPF: 989.586.582-15
Felipe Manna Salles

No documento resumo de apresentação do projeto Purus, no tópico “Consciência projeto, Encontro comunidade e discutir projeto” nos apresenta o seguinte texto:

As comunidades são um componente essencial do Projeto Purus e tem sido absolutamente necessário abertamente e com frequência discutir o projeto com as comunidades. Isso inclui discussões em torno de: 1) os proponentes do projeto (ou seja, papéis, especialmente Moura&Rosa) e as responsabilidades; 2) O que exatamente é o Projeto Purus e quanto tempo o projeto vai durar; 3) Por que o desmatamento é um problema e alternativas para a agricultura de corte e queima; 4) Benefícios financeiros para praticar formas mais sustentáveis e permanentes para a agricultura. (CARBONO, LLC, p. 13).

Inicialmente, foram realizadas uma algumas reuniões, no escritório do Projeto na região do seringal, contando com a presença da maioria da comunidade, mas de acordo com as perguntas que alguns moradores já iniciaram a fazer e a demonstração de que não estavam totalmente de acordo com as condições para implementação do projeto, essas reuniões, nas quais eram apresentadas os documentos de entendimento, passaram a ser feitas de forma individual. Assim nessa estratégia cada família acabava por possuir diferentes informações referente aos projetos. As diferentes formas com que o projeto acabava sendo apresentado as famílias, resultou em situações de conflitos internos dentro da própria comunidade.

Teve gente que ganhou dinheiro indo em favor do Projeto e ficando contra a gente. Gente daqui de dentro mesmo, que pela diferente conversa que teve ficou do lado deles e denunciou a gente. Era gente nossa e eles pegaram pra eles. (São Francisco, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Um dos casos mais recordados tanto pelos membros da comunidade, quanto pelo STR e a CPT, é a de que, ao início do acompanhamento para assistência das comunidades, todas as reuniões marcadas entre comunidade e CPT em conjunto com o Sindicato, acabavam contando com a presença surpresa de um dos representantes do projeto na tentativa de tomar a palavra para “apaziguar” a situação de insatisfação das famílias. Pouco mais de 9 meses depois, segundo a CPT, foi descoberto pelos próprios moradores, que um dos companheiros repassava informações das reuniões e encontros para os representantes do Projeto em troca de dinheiro.

O resumo do projeto apresenta, entre muitos de seus tópicos, um intitulado “Consciência do Projeto, Encontro com a Comunidade e Discussão do Projeto” que escreve:

As comunidades são um componente essencial do Projeto Purus e tem sido absolutamente necessário abertamente e com frequência discutir o projeto com as comunidades. Isso inclui discussões em torno de: Os proponentes do

projeto (ou seja, especialmente Moura&Rosa) e as responsabilidades; O que exatamente é o Projeto Purus e quanto tempo o projeto vai durar; Por que o desmatamento é um problema e alternativas para a agricultura de corte e queima; Benefícios financeiros para praticar formas mais sustentáveis e permanentes para a agricultura; Que tipo de projetos sociais (por exemplo, casas) e programas (por exemplo, medicina preventiva e serviços de saúde) são mais relevantes e úteis; Quais são os treinamentos agrícolas desejados que podem ser oferecidos; Procedimento de queixa para enfrentar toda e qualquer questão não resolvida; *Posse da terra*. (CarbonCo LLC, 2012, p. 14, grifo nosso).

Os membros proprietários da empresa Moura&Rosa, entre eles, Normando Salles, é ex-prefeito de Sena Madureira, ex-deputado Deputado Federal nas Eleições de 2014 pelo DEM (Democratas), é conhecido no Acre como um dos grandes latifundiários da região para criação de gado. Quando não pessoalmente, Normando Salles, mandava representantes diretamente até as residências da comunidade do Itatinga para fazer o diálogo de convencimento do Projeto.

As famílias, apesar de já desconfiadas, foram coagidas à assinar um documento que declarava a vontade dos mesmo a fazerem parte do projeto. No entanto, a comunidade afirma que a dificuldade em interpretar textos de parte significativa do grupo foi utilizado de má-fé para evitar qualquer resistência inicial, apesar da já desconfiança dos camponeses.

A ação de assinatura das declarações foi considerada, bem como demonstra o documento de auditoria de certificação da Climate, Community and Biodiversity Alliance (CCBA) como “culturalmente inadequado” uma vez que não estava claro e didático o suficiente para compreensão dos camponeses. Como forma de justificativa, a empresa informou que o consentimento da comunidade teria sido expresso por meio verbal. Tal afirmativa foi o suficiente para que o projeto recebesse a certificação máxima, “nível ouro”, de padrão de qualidade. (FAUSTINO; FURTADO, 2014)

Com o intuito de apresentar o projeto para a comunidade, sempre lhes demonstrando a importância que teria ao nível internacional e para a melhoria de vida local uma vez que fosse implantado, os representantes do projeto bem como os “donos das terras” afirmavam aos moradores que sem o projeto as comunidades iriam seguir sem um planejamento de como produzir na terra de forma a trazer o máximo de benefícios para as famílias. No documento resumo de apresentação do Projeto Purus, organizado pela CCBS apresenta:

As atividades do projeto final são para realizar um inventário florestal de carbono, do modelo de desmatamento regional e os padrões de uso da terra, e

mitigar as pressões de desmatamento através da utilização de pagamentos por serviços ambientais do projeto, juntamente com o monitoramento contínuo dos impactos do clima, comunidade e biodiversidade do projeto. Projetos e ações sociais para mitigar o desmatamento, pressões para participar do treinamento SOS Amazônia de extensão rural, para patrulhas [...] eventualmente, construir casas melhores e instalação de painéis solares fotovoltaicos para as comunidades locais para melhorar seus meios de subsistência. (CarbonCo LLC, 2012, p. 3).

Em seu processo inicial de visitas para planejar a implantação do projeto, de acordo com o entrevistado, *Madeira*, os funcionários responsáveis pela apresentação do projeto, afirmavam que a forma com que a comunidade usava da terra era destrutiva para o ambiente e para as famílias em si, ou seja, as mais de três gerações que construíram a dinâmica espacial do território fizeram um trabalho que “afetava” de forma negativa o meio natural.

O principal discurso que foi usado durante as visitas de apresentação feitas na comunidade, com o intuito de incentivar a aceitação do projeto, era de que falta de um planejamento para o desmatamento e uso da água afetariam o processo de subsistência das famílias e que a redução do desmatamento, enquanto consequência do projeto seria o elemento para proporcionar para as famílias uma diversificação da renda das famílias.

Todavia, um dos grandes fatores que formam o sujeito camponês da floresta e o desenvolvimento da sua relação com o território, é a capacidade de conhecimento da terra para diversificação da subsistência do indivíduo e de todo o coletivo. É uma contradição, o projeto se auto denominar enquanto “solução” para desenvolver uma atividade que já é intrínseca ao processo de conhecimento do território em seu desenvolver histórico, como é o caso do Seringal Itatinga e seus moradores.

Uma outra contradição a ser ressaltada encontrada no âmbito da apresentação do projeto, está inserida no discurso deste enquanto elemento para diminuição da pressão sobre as florestas primárias transformadas em pastagens por meio dos médios-grandes proprietários de terra. No entanto, os números demonstram que a criação de bovinos no Acre de saiu de 120.143 cabeças em 1975 para 2.139.795 em 2017, segundo o IBGE.

A expansão desse modelo de economia florestal, distorceu a luta histórica de formação histórica dos camponeses da floresta pelo direito coletivo a terra, a partir da redefinição dentro de uma perspectiva de um esverdeamento do capitalismo que, apesar de um discurso de sustentável, mantém sua estrutura desigual, de exploração e expropriação das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, as famílias são tratadas como agentes responsáveis pelo desmatamento e problemas ambientais. Essa é uma estratégia usada em todo o contexto da problemática ambiental que mantém o caráter semicolonial dentro de territórios com significativa dívida externa. Nessa lógica, “cualquier programa que le quite más tierra a las comunidades campesinas, nopuede, por consiguiente, ser una solución a la crisis climática” (GRAIN; WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 2015, p. 15)

De fato, a fantástica dívida externa da maior parte dos países do mundo reduzidos a condições semicoloniais, conforme assinalamos, tem sido objeto de verdadeira chantagem política onde organismos financeiros internacionais impõem políticas de ajuste estrutural que, no fundo, agravam a pilhagem de recursos naturais e os problemas ambientais [...]. A maior exploração da natureza e a materialização dos danos ambientais podem bem ser, e têm sido, uma compensação para as altas taxas de juros. A financeirização generalizada e sua ideologia correspondente, o mercado como panacéia, turva-nos a visão de que há uma produção material que continua para além (e aquém) da alienação financeira. (PORTO- GONÇALVES, 2006, p. 38-39).

A comunidade e o STR afirmam que todos os moradores da comunidade do Seringal Itatinga possuem documentos como declaração de vizinhança/declaração de confinantes e cadastro na prefeitura. O entrevistado *Madeira* afirma que “o tanto de terra que a gente tiver direito, a gente quer que esse direito seja respeitado” (Entrevista, 06/02/2019).

Diante do processo de intimidação ao qual os membros da comunidade foram impostos, em conjunto com a CPT-AC e o STR de Manoel Urbano, a comunidade organizou depoimentos dos membros que sofreram as intimidações e ameaças desde o início da implantação do projeto, para fazer uma denúncia formal no Ministério Público do Município. (Figura. 7)

Figura 6 - Moradores do Serinfal Itatinga e Representação do STR de Manoel Urbano formalizam denúncia contra o Projeto Purus



Fonte: Comissão Pastoral da Terra; Daniela Dias 2018

A situação de intensificação do conflito também provém do processo constante de fiscalização e monitoramento imposto na comunidade por parte do Projeto Purus que, possui como uma de suas diretrizes. A fiscalização, segundo entrevistas, ocorre por meio de visitas presenciais de representantes do Projeto Purus sem nenhum tipo de informe ou agendamento com os moradores, uma vez que os fiscalizadores observam que foi feita qualquer atividade de desmatamento na área que ultrapassa o limite imposto pelo projeto para manejo das comunidades, uma multa é instaurada, esta pode variar de acordo com o tamanho da terra que foi ultrapassada, colocando em prática a ideia dos camponeses enquanto agentes de desmatamento.

Em entrevista, a representação do STR, afirma que a fiscalização feita pelos agentes é intimidadora, como por exemplo, fazer visitas nas moradias apenas quando está a companhia de um extrativista em casa, por considera-las mais vulneráveis e para impor medo.

Afirmam também que nunca lhes foi apresentado um documento confiável que provasse o registro no Incra a propriedade no nome de Normando Salles e Wanderley

Segundo Rosa. “Quando o Normando chegou aqui, ele disse que a terra era dele e que quem não aceitasse o projeto ia ter que sair. E já chegou ameaçando a gente já”. (Entrevista concedida em fevereiro de 2019)

A falsa participação popular, prometida pelos representantes, partindo da fala de evitar o desmatamento e valorizar a vida dos povos tradicionais no território, alimentaram uma lógica perversa e reversa do que é soberania e valorização dos povos e seus modos de vida. A proibição do manejo tradicional dos pequenos produtores como forma de justificar a lógica sustentável do mercado, reproduzida no Acre, é negar as famílias sua soberania alimentar e territorial.

A CPT e o STR considera que, o projeto não pode ser considerado positivo em nenhum de seus aspectos, seja na apresentação, seja em uma reformulação da implantação, uma vez que gera, propositalmente, condições para ser efetivado, independente das consequências, sejam elas sustentáveis ou não, criando um risco para além da alienação do território, também eliminando as chances de organização coletiva das comunidades afetadas. Se partimos do pressuposto histórico da tradição dos trabalhadores da floresta, enquanto auge dos ciclos da borracha, em condições de exploração, e permanente tentativa dos projetos governamentais de supressão de sua autonomia de produção e elemento formador do meio social, as formas de controle da produção ao qual as vítimas do projeto Purus estão expostas a nova forma de opressão no Seringal Itatinga, provindos da tentativa de controle aos seus meios de subsistência e cultural por parte do Projeto Purus, em nome de garantir as demandas do mercado, por meio de um modelo de compensação dos efeitos climáticos que possui um balanço matemático próximo à zero.

A gente não quer terra pra nada, a gente quer trabalhar, plantar nossas hortas, criar os bicho, coletar nossa castanha, banana. Eles ficam cuidando pra ver onde a gente tá usando terra e se a gente usa em um lugar que eles dizem que não podem, eles destroem o que tá plantado, a gente perde toda produção. É a nossa vida, se a gente não consegue produzir nossa comida lá, a gente só tem como saída é ir embora, porque não tem como. A gente não pode morrer de fome, pode? (Entrevistada dada em fevereiro de 2019)

O discurso de desenvolvimento sustentável que, sem uma fundamentação teórica consistente de compreensão das particularidades territoriais, enquanto meio de harmonização ao modo de produção hegemônico, sem questionamento da forma com que o modelo capitalista inviabiliza qualquer forma de preservação do meio natural e dos que dependem

deste enquanto sistema desigual e predador, está longe de ser uma realidade. Esta mais próxima de um mito, vendido enquanto verdadeiro e possível coexistência com o sistema capitalista. (WITHACKER, 2014)

Portanto, a violação territorial do processo de acumulação ampliada no qual se insere o projeto de compensação de carbono, por meio da manutenção violação da soberania da população camponesa demonstra sua “avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias” (PAULINO, p. 214, 2008). E para alcançar o sucesso nesse novo processo de articulação para acumulação a falta de qualquer limite para o processo de mercantilização é fundamental ao sistema.

Além disso, a imagem de Chico Mendes não somente no processo de construção do projeto da Florestania no Estado, mas usado diretamente na propaganda do projeto como um sonho do líder seringueiro que, com o Projeto Purus, é realizado.

Parabéns, Chico, você não era um visionário: o Projeto Purus é a materialização deste sonho que reconhece a necessidade de preservarmos mais e melhor, valorizando os Povos da Floresta, verdadeiros guardiões da mata e sua biodiversidade [...] tesouros passíveis de remuneração e compensação, em busca de um mundo melhor para enfrentar a necessidade de conter o aquecimento global (CARBONO, LLC, s/d, p. 1, 2011)

É dessa forma que o desenvolvimento sustentável prova-se enquanto nova forma de acumulação capitalista a partir do aproveitamento de questões sociais e ecológicas presentes no centro dos debates das agendas internacionais como forma de ocultação da manutenção de seu caráter destrutivo, inviabilizando movimentos efetivos pelo fim da desigualdade social, preservação da natureza e direito a terra, demonstrando a possibilidade que este cria de coexistir em territórios que mantêm relações de caráter comunal.

A partir de relatos via conversa com os moradores, o projeto expôs uma série de aspectos positivos que seriam garantidos dentro da comunidade, como escola, posto de saúde, acompanhamento da produção. No entanto, em entrevista, os moradores afirmam que os acompanhamentos de saúde foram feitos entre uma ou duas vezes, e a construção da escola nunca mais foi conversada, e o acompanhamento para cursos de tratamento da terra nunca foram assunto novamente.

Os relatos afirmam também que a aplicação de multas dentro da comunidade, por uso, considerado indevido, da terra tornou-se uma das principais ofensivas dos responsáveis do Projeto, como forma de controlar o território e os próprios produtores que uma vez

ameaçados, sem condições de pagamento das multas aplicadas, nem sempre conseguem resistir as imposições feitas pela fiscalização.

Em tentativa de diálogo no âmbito da quitação das dívidas, membros da comunidade foram até o Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), onde foram informados que havia membros da comunidade com mais de dezesseis multas por uso “indevido” da terra, chegando ao valor de 16 mil reais. “Ele jogou na mesa uma pilha de papel, era tudo de multa do nosso pessoal” (Madeira, Entrevista concedida em fevereiro de 2019)

A forma com que os responsáveis pelo projeto, advindos de uma noção de superioridade sobre si mesmos e de terceiro mundo no que refere-se ao sujeito camponês ainda nos remete ao pós Segunda Guerra Mundial com uma nova guerra entre os considerados “civilizados”, também “civilizadores, enquanto que os “selvagens” não deveriam estar entregue à suas próprias visões e concepções (LACOSTE, 2001). Tais relações de controle com o desenvolver dos modos de produção dentro do modelo capitalista e das relações resultantes, encontram novas formas de manter a ideia de superioridade histórica entre povos e nações.

Em um período de intensa globalização neoliberal, chamada por Milton Santos (1994) de período técnico-científico-informacional, em que as transformações ocorrem de forma muito rápida ainda se choca com a particularidade da temporalidade dos povos do campo e de sua cultura que possui uma visão distinta de perceber o tempo e o meio natural.

Partindo de Haesbaert (2012) no âmbito da análise de globalização do processo desterritorializador do capitalismo que ao mesmo tempo que forja formas de reorganização dos territórios a partir de suas necessidades específicas do momento, seja de crise ou reestruturação.

O modelo de “Economia Verde” que vêm sendo imposto a comunidade do Seringal Itatinga, como também nos outros projetos, orchestra uma subordinação do meio de produção camponês à um dinâmica que não reconhece suas particularidades de vivência e construção do território a partir de sua fundamentação própria de construção do território, criando novos conflitos.

Provavelmente, o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista ‘desterritorializa’ os modos de produção pré-existentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador

‘livre’ em meio a fenômenos com a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que ‘tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado’, seriam as referências mais marcantes do movimento de des-territorilização capitalista. (HAESBAERT, 2012, p. 174).

O principal elemento que demonstra tal questão são as denúncias feitas pelos o trabalhadores onde são expostos frequentemente a ações de fiscalização dos gestores do projeto. O senhor Castanha, entrevistado nessa pesquisa afirma que antes da implementação do projeto, a comunidade tinha uma organização comunitária que era decidida entre todos os produtores das partes da terra que seriam trabalhadas para os fins de extração e plantação para subsistência e para venda de um resto de excedente, mas que essa organização passou a ser dissolvida, uma vez que os agentes fiscalizadores, geralmente contratados pela empresa Moura&Rosa, limitam e vigiam o tamanho da área ao qual os trabalhadores podem e devem trabalhar na terra para garantir a quantidade necessária de floresta “preservada” para troca de créditos de carbono no mercado internacional. “Eles não deixam fazer nada. A gente não pode caçar e nem pode pensar em brocar a terra porque eles já chegam intimidando a gente” (São Francisco, Entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Em reunião com a CPT, Sindicato e professores apoiadores, a comunidade denuncia a contradição em ser multada por usar a terra enquanto garantia de subsistência, porém os que fazem as ameaças aos membros da comunidade possuem pasto dentro da própria área sede do Projeto Purus.

Figura 7 – Reunião na Sede do STR – Manoel Urbano com a presença da CPT-AC, Moradores do Seringal Itatinga e professores apoiadores



Fonte: Acervo CPT, 2018.

Portanto, as regras que estão intrínsecas a este modelo de Economia Verde possuem um alvo seletivo que não diz respeito ao grande fazendeiro ou empreendimentos privados, mas sim, aos povos da floresta que, seguem em uma luta histórica para serem reconhecidos enquanto sujeitos com voz política.

Esse cenário não é novo no processo de luta pela terra no Brasil, Ianni (1978) ao tratar a expropriação do campesinato, e o processo de retirada da autonomia de produção camponesa diante das necessidades do mercado, afirma:

A economia camponesa, perde, mais ou menos rapidamente, suas peculiaridades. Por exemplo, deixa de ser uma economia de produção de valores de uso e passa a ser uma economia de valores de trocas. Nesse momento, ela passa a ser governada pela mais-valia, pelas exigências da produção de mais-valia. E isso ocorre com a peculiaridade de que o sitiante, posseiro ou colono e seus familiares, transformam-se em produtores de mais-valia absoluta. (IANNI, 1978, p. 151).

Segundo moradores e o STR, as populações, devido aos controle de uso da terra ao qual estão sendo impostos sob a ameaça de multas, estão obrigando muitos a vender a produção que seria para subsistência para que possam ter acesso à produtos que se antes eram produzidos na região, agora não podem mais o fazer devido as ações fiscalizadoras causando as famílias uma perda da autonomia de produção e reprodução no território.

A visão de integrantes da comunidade abordada pelo projeto restringe-se a ideia de que o extrativismo, por mais que deva ser valorizado, possui um limite do uso da terra para desenvolver a atividade e que independem do tamanho da área e do direito à autonomia de produção uma vez que a reprodução no território segue técnicas rudimentares que são consideradas, dentro de uma visão hegemônica, como não desenvolvida.

O novo cenário de conflitos ao qual a comunidade foi exposta tem como um dos seus principais elementos, a desconsideração das diferenças sociais que, conseqüentemente, geram um conflitos de interesses no qual “levará provavelmente à paralisia, por neutralização mútua dos diferentes setores da sociedade ou à prevalência dos setores mais fortes econômica e/ou politicamente” (LEROY, 1997, p. 252).

Todavia, diante do processo de controle territorial do capital, bem como no processo de construção do seringueiro enquanto sujeito político, já discutido anteriormente, o camponês da floresta que, constantemente, constrói o território do Seringal Itatinga, também organiza-se para a criação de uma resistência direta ao modelo que os oprime.

Em relatos de campo, representantes do STR e membros da comunidade, afirmam que a maior resistência ao qual eles podem organizar, é a de permanência no território independentemente das limitações que lhes são impostas. Afirmam que enquanto “Caboclos da mata sem educação”²⁵ por parte dos opressores, esperou-se que a saída da terra seria uma consequência rápida. Todavia, a comunidade afirma que as denúncias e assembleias são ações que a comunidade não está disposta a deixar de fazer. “A gente tem direitos, e a gente sabe, a gente é do mato, mas não é burro não, a gente só quer que esses direitos sejam respeitados.” (Yara, Entrevista concedida em fevereiro de 2019).

A validação de um projeto da magnitude do REDD necessita, para condizer com seus pontos sustentáveis, contar diretamente com a participação efetiva popular e da forma mais clara possível para os sujeitos afetados por projetos que são estruturados materialmente em territórios que não estão vazios e que possuem dinâmicas tradicionais de reprodução territorial que devem ser respeitadas e legalmente viáveis o que não foi feito pelo Projeto Purus.

Comunidades afetadas pela “Economia Verde”, assim como o Seringal Itatinga são vítimas de um complexo sistema de reestruturação da acumulação de capital que criou espaços e políticas para que os verdadeiros inimigos da mudança climática alcançassem um passe livre da culpa pela emissão de CO² na atmosfera a partir dos acordos e grandes investimentos financeiros que ao fim, tornou-se apenas mais uma ferramenta de anular e negar os direitos aos povos da floresta em nome de uma compensação que nunca aconteceu. A comunidade, STR e CPT, permanecem no processo de denúncia das ações dos agentes fiscalizadores do projeto. Apesar das intimidações se manterem, a comunidade afirma que nos últimos meses não tiveram nenhum cenário de intimidação o que os preocupa ainda mais. “Quando tá tudo muito quieto assim, é porque eles estão armando algo grande contra a gente” (São Francisco, Entrevista concedida em fevereiro de 2019).

A complexidade para discussão de alternativas concretas no âmbito da construção de projetos de sustentabilidade que além da diminuição dos impactos ambientais, mas das comunidades dependentes diretamente desta, não é de possível alcance sem considerar os impactos multidimensionais do atual modo de produção que com suas criações de alternativas ao mesmo tempo em que alimenta o processo destrutivo de transformar a natureza, cria novos cenários de conflitos e violação territorial.

A participação popular deve ser considerada enquanto princípio fundamental para

²⁵ Informação verbal, 2019.

discussão e construção de políticas sustentáveis territoriais. Um novo modelo de gestão que tenha enquanto norteador principal a não destruição do modo de reprodução territorial das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, da natureza que sejam independentes dos modelos computadorizados das alternativas impostos pelo mercado internacional, que desconhece e não reconhece a realidade e complexidade do processo de construção e desenvolvimento de um território por meio dos povos da floresta.

Casos como o do Seringal Itatinga demonstra a necessidade de uma proposta de sustentável que vá de encontro com a garantia das necessidades fundamentais de uma população: alimentação, saúde, educação e moradia, sendo estas construídas dentro dos princípios materiais concretos da realidade territorial de cada comunidade, sem causar efeitos danosos a sua autonomia, bem afirma Sachs (2007).

Sob a condição de Terceiro Mundo, toda América Latina está submetida a distribuição desigual de riquezas, sua disposição para conservação e proteção do meio ambiental não condiz com elementos para manutenção do padrão de vida das nações industrializadas. O acesso dos países centrais à tecnologia científica os coloca, novamente, com poder econômico para controlar os meios de alternativas do desenvolvimento em países menos desenvolvidos.

Dessa forma, é necessário debater a questão ambiental e ações de mitigação de caráter sustentável para além de suas aparências. É preciso debater e expor o debate sobre a desigualdade e a destruição causada pelo modo de produção capitalista, e que as soluções resultantes deste sempre terão como fim, a intensificação do processo de destruição da soberania territorial de países do Terceiro Mundo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua tentativa de manutenção do seu modo de expansão e acumulação, o sistema hegemônico do capital deflagra em territórios tradicionais, em especial, com grande riqueza de bens naturais, para intensificar seu projeto de mercantilização da natureza como meio de intensificar sua dinamização no mercado mundial como forma de garantir sua estrutura expansionista.

Dessa forma, é capaz de usar de desdobramentos teoricamente contrários a sua intrínseca desigualdade como forma de garantir sua legitimização dentro das condições históricas ao qual está determinado. Portanto, o desenvolvimento sustentável no mundo, a venda da propaganda da Economia Verde, é um dos desdobramentos das inúmeras tentativas do sistema capitalista, concomitante com o Estado, de manter seu incansável processo de transformação de tudo em mercadoria.

O Projeto Purus, demonstra como se concretiza territorialmente tais desdobramentos e a forma que o processo de construção de uma sociedade sustentável para além de uma pauta social, não pode estar limitada as decisões de grandes atores dos países centrais de sustentação do capitalismo sem reconhecer a complexidade geográfica territorial que consiste dentro dos territórios da Amazônia, por exemplo.

Com o discurso de sustentabilidade, os camponeses da região, passaram a ser tratados como obstáculos à serem superados e desconsiderados enquanto sujeitos fundamentais no processo de construção do território e de manutenção da verdadeira vivência sustentável, sendo esta baseada no fim da desigualdade.

A Economia Verde do Acre tratou os sujeitos da floresta e sua relação metabólica com a natureza enquanto segundo plano para implementação e execução do Projeto. E estes se viram obrigados a repensar novas formas de resistência diante de um novo modelo de ofensiva, apesar da manutenção de sua estrutura exploratória que recria novas formas de conflito dentro do território.

Portanto, para discutir o atual modelo de desenvolvimento sustentável, é preciso discutir suas ações nos territórios tradicionais bem como sua origem financeira e organizativa, já que não atingem as necessidades dos povos que historicamente mantém, de fato, a floresta em pé. É preciso refletir que não é, e não será de interesse do sistema capitalista de

implementação de um real modelo de valorização da natureza e de seus povos, uma vez que este necessita de novos elementos alternativos para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO)**: degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).
- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2011. p. 46-88.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, 2011. 171 p.
- BECKER, Bertha K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.
- BECKER, B.K. et al. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- BURKETT, P. **Marx and Nature**: a Red and Green Perspective. New York: St. Martin's Press, 1999.
- CASANOVA, Pablo González. **Imperialismo y liberación en América Latina**: una introducción a la historia contemporánea. México: Siglo Veintiuno, 1978. 297 p.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.73-84, dez. 2011.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. 305 p.
- CORNETTA, Andrei. **Entre o Clima e a Terra**:: uma abordagem geográfica da "economia de baixo carbono" na Amazônia Legal. 2017. 429 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Dossiê Acre**: o Acre que os mercadores da

natureza escondem. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. 44 p.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. 1986. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1986.

FAUTISNO, Cristiane; FURTADO, Fabiana (Org.). **Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre**. Rio Branco: Patrícia Bonilha, 2015. 112 p.

FOSTER, John Bellamy. **La Ecología de Marx: materialismo y naturaleza**. Espanha: Intervención Cultural/ El Viejo Topo, 2000. 222 p.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Editora Brasiliense, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. *In*: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978. 236 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1978

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. *In*: BECKER, B. K; MIRANDA, Mariana (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 251- 271.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. *In*: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. (org.) **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-20.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2001. 263 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LEFF, Enrique. Cultura democrática, gestión ambiental y desarrollo sustentable en América Latina. **Idelcoop**: Economía, política y sociedad, Espanha, v. 22, n. 92, p.1-10, 1995.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de vista antiimperialista. In: LOWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Cap. 3. p. 114-119.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 893 p. Tradução de: Rubens Enderle.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos: primeiro manuscrito**. 1844. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MANDEL, Ernest. **Introducción a la teoría económica marxista**. Argentina: Ediciones Cepe, 1973. 158 p.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: Ipea/inpes, 1978. 259 p.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório de Brundtland**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

NACIONES UNIDAS. Documento final de la conferencia: el futuro que queremos. In: Rio+20 – CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 2012, Rio de Janeiro. [Documentos] Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf. Acesso em: nov de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da**

Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULA, Elder Andrade de; 2013. **Capitalismo verde e transgressões: amazônia no espelho de Caliban.** Dourados: Ufgd, 2013. 138 p.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v. 18, n. 35, p.347-365, dez 2013.

PONTE, Karina Furini. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.** 2014. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2014.

PREVITALI, Fabiane S.; FAGIANI, Cílon C. **Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman.** Caderno EBAPE, v. 12, n. 4, artigo 1, Rio de Janeiro, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Water. O desafio ambiental. *In*: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial: os mestres explicam a globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 24, n. 68, p.69-80, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100008>.

RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE DA PLATAFORMA DHESCA, 2015, Rio Branco. **Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: Violações de direitos no estado do Acre.** Rio Branco: Patrícia Bonilha, 2015. 112 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 473 p.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana.** Rio Branco: Edufac, 2011. 415 p.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra.** Rio Branco: Casa da Amazônia, 1990.

SOUZA, Elyson Ferreira de. **Os problemas fundiários no Acre: um estudo para uma melhor governança de terras.** 2016. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2016.

TAVARES, Maria Conceição. (org.) João Sicsú; Douglas Portari. **Desenvolvimento e Igualdade:** homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Desenvolvimento sustentável:** decifra-me ou te devoro. 2017. 365 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2017.

WWF. **WWF-Brasil é homenageado no Acre.** Rio Branco: WWF, 2013b. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?37502/WWF-Brasil--homenageado-no-Acre>. Acesso em: janeiro de 2018.

ANEXO – RESUMO DO PROJETO PURUS

Resumo do Documento do Projeto Purus

Um Projeto de Conservação da Floresta Tropical em Acre, Brasil



Elaborado por Brian McFarland de:

CarbonCo, LLC

3 Bethesda Metro Center, Suite 700
Bethesda, Maryland 20814
(240) 247-0630

Com contribuições significativas a partir de:
James Eaton, TerraCarbon
Normando Sales e Wanderley Rosa, Moura & Rosa
Pedro Freitas, Carbon Securities